

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -
INCRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno (especificar o número do ato do órgão de controle interno se houver)

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL	8
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	9
2. Objetivos e metas institucionais	10
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.	10
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.	13
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	13
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento.....	14
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	15
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa	16
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	18
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	18
Principais Ações do Programa	19
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária..	19
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	21
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	23
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	27
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	29
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	31
Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	31
Principais Ações do Programa	32
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento.....	32
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento.....	35
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol.....	37
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento.....	39
2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária ..	41

2.3.2.6	Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	43
2.3.2.7	Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	45
2.3.2.8	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	48
2.3.3	- Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	49
	Principais Ações do Programa	50
2.3.3.1	Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	50
2.3.3.2	Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural.....	52
2.3.3.3	Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....	53
2.3.3.4	Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.....	54
2.3.3.5	Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	55
2.3.3.6	Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas.....	56
2.3.3.7	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	57
2.3.4	Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	58
	Principais Ações do Programa	59
2.3.4.1	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	60
2.3.5	Programa 1120 – Paz no Campo.....	62
	Principais Ações do Programa	63
2.3.5.1	Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	64
2.3.6	Programa 1336 – Brasil Quilombola	65
	Principais Ações do Programa	66
2.3.6.1	Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.....	67
2.3.6.2	Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	72
2.3.7	Programa 1350 – Educação no Campo	73
	Principais Ações do Programa	74
2.3.7.1	Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	75

2.3.7.2	Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	76
2.3.7.3	Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	78
2.3.7.4	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	81
2.3.8	Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura.....	82
	Principais Ações do Programa	84
2.3.8.1	Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	84
2.3.8.2	Ação 2272 - Gestão do Programa.....	88
2.3.9	Programa 0750 – Apoio Administrativo	89
2.3.9.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	90
2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro	93
2.4.1.	Programação Orçamentária da Despesa.....	93
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias	93
2.4.1.2	Programação de Despesas Correntes.....	94
2.4.1.3	Programação de Despesas de Capital.....	95
2.4.1.4	Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	96
2.4.1.5	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	97
2.4.2	Execução Orçamentária da Despesa	98
2.4.2.1.	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	98
2.4.2.2.	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	99
2.4.2.3.	Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	100
2.4.2.4.	Análise Crítica.....	101
2.4.3.	Indicadores Institucionais.....	102
3.	Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	103
3.1	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	103
3.2	Análise Crítica	104
4.	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	105
4.1	Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	105

4.2	Análise Crítica	106
5.	Informações sobre Recursos Humanos da unidade	107
5.1	Composição do quadro de servidores ativos.....	107
5.1.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010	107
5.1.2	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010	108
5.1.3	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010	109
5.2	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	109
5.2.1	Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010	109
5.2.2	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010	
5.3	Composição do quadro de estagiários	110
5.4	Custos associados à manutenção dos recursos humanos	111
5.4.1	Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	111
5.5	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	113
5.5.1	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	113
5.5.2	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	114
5.5.3	Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	115
5.6	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	116
6.	Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência	117
6.1	Transferências efetuadas no exercício.....	118
6.1.1	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	
6.1.2	Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	119
6.1.3	Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	
6.1.4	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse	121
6.1.6	Análise Crítica	123

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.....	124
8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	125
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	126
9.1 Estrutura de controles internos da UJ	126
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	128
10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis	128
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.	130
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial.....	130
11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união	130
11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	131
11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	132
11.1.4 Análise crítica:	133
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	134
12.1 Gestão de TI da UJ.....	134
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	136
14. Informações sobre Renúncia Tributária.....	137
15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	138
15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	138
15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício...	
15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	141
15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.....	143
17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.	144
Parte B - Informações Contábeis da Gestão	145
18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.....	145
19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).....	146
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.....	146
20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:.....	163
21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.	164

Reforma agrária



em
São Paulo



Ministério do
Desenvolvimento Agrário



1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional do Estado de São Paulo			
Denominação abreviada: INCRA – SR(08)			
Código SIORG: 4033	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 22201	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones/Fax de contato:	(11) 3823-8560	(11) 3825-3233	FAX (11) 3823-8562
E-mail: raimundo.silva@spo.incra.gov.br			
Página na Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: No Estado de São Paulo, a autarquia é representada através de sua Superintendência Regional, cuja sigla é SR (08), CNPJ 00.375.972/0010-51, com endereço à Rua Doutor Brasília Machado nº 203, Santa Cecília, São Paulo – SP, CEP 01230-906			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra) e legislação complementar, com Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto nº 5.735, de 27 de março de 2006, publicado no DOU de 28 de março de 2006 e Regimento Interno aprovado pela Portaria MDA nº 69, de 19 de outubro de 2006, publicado no DOU em 20 de outubro de 2006.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
PPA – Plano plurianual			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Texto (identificação da norma e data de publicação)			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	Não se aplica		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
-	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
-	Não se aplica		

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto n. 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

Reforma agrária é entendida como sendo o conjunto de medidas que visem promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, do desenvolvimento rural sustentável e ao aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra. Na prática, a reforma agrária proporciona:

- A desconcentração e democratização da estrutura fundiária;
- A produção de alimentos básicos;
- A geração de ocupação e renda;
- O combate à fome e à miséria;
- A diversificação do comércio e dos serviços no meio rural;
- A interiorização dos serviços públicos básicos;
- A redução da migração campo-cidade;
- A democratização das estruturas de poder;
- A promoção da Cidadania e da Justiça Social.

De acordo com as diretrizes estabelecidas no II PNRA, implantado em 2003, a reforma agrária executada pelo INCRA deve ser integrada a um projeto nacional de desenvolvimento, massiva, de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos. Deve, ainda, contribuir para dotar o Estado dos instrumentos para gerir o território nacional.

O que se busca com a reforma agrária atualmente desenvolvida no País é a implantação de um novo modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial; a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região; a adequação institucional e normativa a uma intervenção rápida e eficiente dos instrumentos agrários; o forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras; a garantia do reassentamento dos ocupantes não-índios de áreas indígenas; a promoção da

igualdade de gênero na reforma agrária; assegurando o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Em suma, o INCRA tem como atividades principais, nos termos da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra, e expressos em seu Regimento Interno (Portaria MDA nº 69, de 19 de outubro de 2006):

a) quanto ao Ordenamento da Estrutura Fundiária (Programas 0138 e 1336):

- Zoneamento do país em regiões homogêneas, do ponto de vista socioeconômico e das características da estrutura agrária, além de definir critérios para a fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal;
- Promove estudos e diagnósticos sobre a estrutura fundiária nacional, mercados de terras, controle do arrendamento e aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, sistemas de produção e cadeias produtivas;
- Como entidade cadastral, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) organiza e mantém atualizado um cadastro nacional de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. Na condição de órgão gestor do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), promove a sua integração com outros sistemas de cadastro de terras propiciando o aumento do conhecimento e a correção da estrutura fundiária e socioeconômica do meio rural. Promove, ainda, a identificação e a classificação do imóvel rural, mediante ações de fiscalização cadastral, contribuindo para a erradicação do trabalho escravo;
- Controla e executa a certificação de imóveis rurais, identificando e impedindo a superposição do registro imobiliário, numa ação conjunta com o sistema cartorário nacional, mediante ações de georreferenciamento desses imóveis;
- Realiza atividades de discriminação, arrecadação e destinação das terras devolutas federais, através de ações de regularização fundiária, visando incorporá-las ao sistema produtivo. Além disso, coordena a execução das atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

b) quanto à Obtenção e Destinação de Terras e Assentamento dos Beneficiários da Reforma Agrária e da Colonização (Programa 0135):

- Atividades de aquisição, desapropriação e incorporação ao patrimônio do INCRA, das terras necessárias à reforma agrária. Esse trabalho é realizado a partir do desenvolvimento e do monitoramento dos mecanismos de obtenção de terras, incluindo a incorporação ao patrimônio público das terras devolutas federais, a serem destinadas a essa finalidade;
- Realizar seleção de famílias, a promoção do acesso a terra e a criação de projetos de assentamento,

bem como as atividades relativas ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente nos projetos de reforma agrária, com destaque à implantação de projetos ambientalmente diferenciados, sobretudo na região amazônica.

c) quanto ao Desenvolvimento dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (Programas 0137, 0139, 1350 e 1427):

- Elaboração de propostas que visem ao desenvolvimento e à recuperação dos projetos de reforma agrária;
- Normatizar, coordenar, acompanhar, monitorar, avaliar, autorizar movimentações orçamentárias e propor alterações nos programas relacionados às ações voltadas ao desenvolvimento dos projetos de assentamento. O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável, a viabilidade econômica e a justiça social nos assentamentos, bem como promover a recuperação e consolidação dos projetos da reforma agrária;
- Implementação da infraestrutura (água, saneamento, estradas); acompanhamento e concessão de créditos (nas suas diversas modalidades, desde o Apoio Inicial, passando pelo Fomento até a modalidade de Aquisição de Material de Construção e Adicional do Semi-Árido);
- Estabelecimento de parcerias para a prestação de assessoria técnica e a capacitação de beneficiários e técnicos da reforma agrária;
- Titulação e destinação de imóveis; apoio à agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas e solidárias;
- Promoção da cidadania e educação no campo, visando à equidade de gênero, raça e etnia.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

Com o intuito de preservar a necessidade de desenvolver melhores os projetos implantados e os em implantação, e tendo em vista a missão de implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, o INCRA-SP, na atual gestão, desenvolveu ações que visaram o desenvolvimento e o debate sobre a importância da Reforma Agrária, em bases atuais tendo como eixos as desigualdades regionais e a exclusão social. Vale ressaltar que, atualmente, no Estado de São Paulo encontram-se 16.156 famílias assentadas, num total de 115 Projetos de Assentamento, sendo que 10.730 famílias são de projetos exclusivos do Governo Federal (PA e PDS - INCRA) e 6.711 famílias em projetos do governo estadual (PE - ITESP), reconhecidos pelo INCRA¹.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

As ações de gerenciamento da estrutura fundiária revelaram-se de grande relevância no ano de 2010. Em relação às ações de cadastramento de imóveis rurais, durante todo o ano foram debatidas e lançadas as bases da reforma do cadastro rural multifinalitário brasileiro, com destaque à modernização do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). Desde dezembro de 2009, o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) passou a ser emitido também pela internet.

Em 2010, o INCRA-SP trabalhou a grande demanda de processos referente às ações de georreferenciamento, tanto em relação às áreas particulares como também às pequenas propriedades (áreas de até quatro módulos fiscais) na qual o georreferenciamento é de responsabilidade do INCRA.

As ações de Regularização Fundiária ganharam uma nova dinâmica com a publicação das Instruções Normativas nº 45 e nº 46, em maio de 2008, que adequaram os procedimentos administrativos às alterações realizadas na Lei nº 8.666/93, possibilitando a ampliação das áreas de regularização fundiária até o limite de 15 (quinze) módulos fiscais. Tais medidas também deram maior celeridade ao processo de regularização fundiária.

Também foram desenvolvidas as ações referentes ao Programa Brasil Quilombola. Desde 2004 quando o programa foi criado, as ações de Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos passaram a ser estratégicas dentro do INCRA. Atualmente existem 49 processos administrativos de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas tramitando no INCRA-SP e que tiveram acompanhamento durante o ano de 2010.

¹ Fonte: Divisão de Desenvolvimento/SIPRA 28-01-2010.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

O Programa de Reforma Agrária se mantém como de significativa importância, num país de 850 milhões de hectares em que mais de 50% das áreas das grandes propriedades rurais estão concentradas por 3% dos proprietários, associando-se ao crescente agronegócio que de um lado pode acrescentar produtividades maiores, de outro, socialmente, tem-se revelado mais excludente.

O planejamento da estratégia de intervenção fundiária toma por base a forte concentração fundiária do país, a demanda dos movimentos sociais e os dados históricos da execução do programa de reforma agrária: imóveis obtidos (número e área), projetos de assentamento criados, número de famílias atendidas, áreas prioritárias de atuação, custos. A demanda do público alvo muitas vezes constitui-se em conflito que envolve imóveis considerados emblemáticos, para os quais o processo de obtenção é mais complexo, em virtude de situação jurídica de impedimento que exige esforços adicionais para solução.

A estratégia de atuação prioritária para obtenção de imóveis para a implantação de projetos de assentamento é a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, instrumento constitucional regulamentado pela Lei 8.629/93. Entretanto em regiões onde não é mais possível encontrar imóveis improdutivos ou passíveis de desapropriação, utiliza-se a opção da aquisição por compra e venda prevista no Decreto nº 433/ 92, que não é atrativa aos proprietários rurais em virtude dos longos prazos para resgate dos Títulos da Dívida Agrária. Há também assentamentos criados a partir da incorporação de terras públicas federais. Em especial, neste caso, cabe mencionar processos já existentes em São Paulo referentes à destinação de mais de 11,5 mil hectares de transferência entre a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e o INCRA-SP das áreas dos Hortos Florestais da extinta Rede Ferroviária Federal S/A, transferida para a União por força da Lei nº 11.483/07.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Cabe à Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento coordenar, supervisionar e normatizar as ações de desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, integrar políticas públicas e ações do INCRA para promover o desenvolvimento dos projetos de assentamento, com base nos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental do campo e dos homens e mulheres que ali vivem, em consonância ao II Plano Nacional de Reforma Agrária.

A cargo da Divisão estão o Programa 0137: Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária; o Programa 1350: Educação no Campo; e duas ações do Programa 1427: Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar; a saber: Ação 4470 – Assistência Técnica e Capacitação de Assentados e Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.

Os Programas citados acima, com suas respectivas Ações, são de fundamental importância para o início da implantação, estruturação, recuperação e desenvolvimento dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, pois contribuem para o desenvolvimento rural sustentável. As atividades e serviços disponibilizados pelos Programas possibilitam que os projetos de assentamento se transformem em espaços produtivos de geração de trabalho e renda e de garantia da segurança alimentar, combinando produtos de subsistência com outros voltados à comercialização e ainda, promovendo a introdução de novas culturas e a diversificação da produção e do crescimento da oferta de produtos para o mercado local.

Visando aprimorar a gestão e melhor atender as necessidades das famílias assentadas, durante o ano de 2010, empenhou esforços no aprimoramento das parcerias institucionais e dos normativos, visando contemplar a promoção da igualdade de gênero, desenvolvimento produtivo e diferenças regionais e as ações de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES).

Dentre as dificuldades que têm impactado a execução dos trabalhos de Desenvolvimento, destaca-se a inadequação da norma legal que rege a celebração de convênios, que não contempla as especificidades requeridas para a execução das ações de reforma agrária, nem tampouco a diversidade rural das regiões brasileiras. Concomitante ao prazo decorrente do calendário eleitoral e dentre os fatores que afetaram a execução desde o exercício de 2008 e estendendo-se para 2010, consta a publicação da PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/MF/MCT Nº 127, de 29 de maio de 2008, que estabelece normas para execução do disposto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, o qual dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse e dá outras providências. Este decreto institui, legalmente, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse. A implantação desse sistema tem como diretrizes a ênfase na transparência do repasse de recursos públicos, a redução do custo operacional com a simplificação de procedimentos, a facilidade na fiscalização e controle, a integração e o suporte à padronização. Após alterações e acréscimos ao Decreto nº 6.170/07, o SICONV/Portal de Convênios entrou em operação em 01º de setembro de 2008. Devido às dificuldades na sua operacionalização, ao desconhecimento do sistema por parte da administração pública e das entidades

proponentes, e às imperfeições que estão se ajustando ao processo, houve atraso no cadastramento, credenciamento, inserção e análise técnica e jurídica das propostas, conforme previsto na legislação, o que impactou na execução do Programa.

No ano de 2010, foi sancionada a Lei nº 12.188, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, regulamentada pelo Decreto nº 7215 e Portaria nº 35 MDA. Tais ações criaram no âmbito do INCRA, um fluxo operacional para seleção, contratação e implementação dos serviços de ATER. Esta UJ através de processo licitatório contratou os serviços de ATER no final do exercício, que será operacionalizado no presente ano.

No âmbito das restrições estruturais institucionais do INCRA, destacam-se: 1) o efetivo de servidores, em relação às metas, ações e recursos, não tem apresentado crescimento proporcional ao longo dos anos, mesmo considerando a realização dos concursos públicos nos anos de 2004 e 2005, que, ainda assim, não repôs a força de trabalho aposentada da Instituição.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão de Gestão Administrativa exerce atividades relacionadas com os sistemas federais de orçamento e finanças, de contabilidade, de recursos humanos e materiais e administração de material e patrimônio e serviços gerais. Os trabalhos desenvolvidos pela referida Divisão estão diretamente relacionadas às ações de atividade meio, dando condições às demais divisões da Autarquia de desenvolverem as atividades fins do órgão, que beneficiam de uma forma direta as famílias beneficiadas pelo programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

A administração do quadro funcional do INCRA (servidores, procuradores e estagiários) é efetuada pela Coordenação de Desenvolvimento Humano, que dentre as suas atribuições regimentais tem a competência de propor, implementar e avaliar a política de desenvolvimento de recursos humanos, instruindo pedidos relativos a direitos, deveres e vantagens dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, orientando e coordenando as atividades desenvolvidas, bem como a coordenação de todos os procedimentos de avaliação de desempenho para fins de concessão da GDATA e da GDARA, progressão e promoção funcional, bem como o estágio probatório. Também foi realizados cursos de capacitação e aprimoramento para servidores das divisões.

No que tange às atividades relativas à administração e serviços gerais, dentre as competências regimentais consta a de prover as unidades fins da Autarquia de bens, materiais e serviços necessários ao desempenho de suas atividades, efetivando procedimentos licitatórios necessários à aquisição desses bens e materiais e da contratação das prestações de serviços.

Relativamente às ações voltadas para as atividades de orçamento e finanças, é a Divisão que efetua fisicamente a execução orçamentária e financeira das dotações aprovadas para a Autarquia na Lei Orçamentária Anual dando suporte às demais divisões da Autarquia no gerenciamento dos recursos que são de suas responsabilidades em razão de suas destinações aprovadas no Orçamento Geral da União.

No que concerne às atividades da área contábil dentre as suas competências tem a atribuição de analisar as prestações de contas da aplicação dos recursos da Autarquia, que são aplicados via concessão de suprimento de fundos, de transferências voluntárias mediante a celebração de convênios ou de instrumentos congêneres, bem como o controle da concessão de diárias e comprovação de realização de viagens.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infraestrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP.

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8384	A	3	Família Assentada	1222	1235	101%	1235

Fonte: LOA 2010 e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
83.770,00	72.146,00	71.523,03	99,13%	69.224,12	96%	69.224,12	96%

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

A ação de **Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária** tem por objetivo principal identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais, bem como atualizar o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária (SIPRA). Tal ação executou R\$ 69.224,12 no ano de 2010.

Foram criados no ano de 2010, 3 projetos de assentamentos federais e 1 reconhecimento. Atualmente, em São Paulo, existem implantados 250 Projetos de Assentamento sendo que 97 Projetos Assentamento, 18 Projetos de Desenvolvimento Sustentável e 135 Projetos de Assentamento Reconhecidos, numa área de 332.333,0299 mil hectares, nos quais residem pouco mais de 16.156 mil famílias. Já do ponto de vista do assentamento de famílias, no ano de 2010, o INCRA-SP assentou 1.235 famílias. Para se ter uma idéia do aumento efetivo da ação do INCRA no Estado de São Paulo, ressalte-se que no ano de 2002, existiam 43 projetos de assentamento.

Em relação ao ano de 2010, a ação de seleção e assentamento de novas famílias alcançou 101% da meta para o ano conforme demonstrativo abaixo:

Exercício de 2010	TOTAL
Família Assentada em Área Desapropriada - (Família (s))	394
Família Assentada em Área Comprada - (Família (s))	11
Família Assentada em Área Arrecada - (Família (s))	11
Família assentada em Área Reconhecida - (Família (s))	645
Família Assentada em Área Obtida Através de Outras Formas - (Família (s))	174
Total de Famílias Assentadas no Exercício de 2010	1235

Isso se deve ao fato de algumas áreas que estavam ajuizadas não terem sido imitidas na posse até o final do ano, em alguns casos devido a questões jurídicas e em outros em função da liberação do licenciamento ambiental. Atualmente, o INCRA-SP aguarda a imissão de 11 imóveis localizados nas regiões de Andradina, Bauru, Itapetininga, Pontal do Paranapanema, Vale do Ribeira e Vale do Paraíba.

Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8387	A	3	Área vistoriada (ha)	30.744	20.998	68,30%	21.000

Fonte: LOA 2010 e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
178.315,00	475.444,00	467.795,65	98,39%	452.766,86	95,23	452.766,86	95,23%

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

A ação de vistoria e avaliação de imóveis rurais é a atividade fundamental para efetivamente realizar Reforma Agrária, já que é a ação que identifica os imóveis passíveis de serem incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária (vistoria de fiscalização) assim como permite alocar os recursos financeiros necessários a desapropriação dos imóveis (avaliação)

O não atingimento da meta prevista pelos números concretamente lançados na planilha acima é bastante discutível, já que estes quantitativos, em hectares, lançados, referem-se as dimensões constantes nos títulos de domínio dos imóveis, sendo a área medida destes imóveis superior a área registrada. Desta maneira se considerarmos a área efetivamente medida e vistoriada este numero de 20.998 ha sobe para 21.919,31 hectares. Alem deste fato, deve-se considerar, que conforme tabela abaixo deixamos de lançar na tabela acima a área de 9.543,85 há, que foi efetivamente vistoriada, porem não houve tempo hábil para a elaboração dos laudos de vistoria. Este atraso na elaboração dos laudos, ocorrido face às licenças médicas de Peritos Federais Agrários que realizaram a vistoria, e ainda, em decorrência de atraso na elaboração das plantas topográficas temáticas que instruem estes laudos.

IMÓVEIS VISTORIADOS E NÃO LANÇADOS

JANEIRO - DEZEMBRO				MÊS DA VISTORIA
PROCESSO	IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA	
7558/09-00-SP *	FAZ SANTA BARBARA	AMPARO	580	set
0244/10-10-SP	FAZ SANTA ROSA	IACRI	1021,9	set
2091/10-37-SP *	FAZ SANTA ROSA I	IACRI	406,56	set
2092/10-81-SP*	FAZ SANTA ROSA II	IACRI	399,3	set
2611/10-10-SP	FAZ GUARAREMA	RUBIÁCEA	635	out
2886/10-45-SP	FAZ MARAMBAIA	RANCHARIA	969,5	out
5870/09-51-SP	FAZ SANTO ANASTÁCIO	GABRIEL MONTEIRO/CLEMENTINA	487,9	out
5873/09-94-SP	FAZ CARAMURU	RUBIÁCEA	861,94	fev
0296/10-88-SP	FAZ OBA	MIRANDOPOLIS	900,00	fev
5876/09-28-SP	FAZ PAULICÉIA	RINÓPOLIS	338,5	jul
0725/10-17-SP	FAZ PAINEIRA	SANDOVALINA	700,09	jun
2745/2010-22-SP	FAZ SUCURITA	PRESIDENTE EPITÁCIO	763,72	jun
0724/10-72-SP	FAZ CÉLIA MARIA	MARABA PAULISTA	2.349,50	mai
0726/10-61-SP	FAZ BELA VISTA	SANDOVALINA	515,80	mai
TOTAL relacionado			10.929,70	
TOTAL efetivamente vistoriado			9.543,85	

Obs.: *Levantamentos iniciados e não realizados por impedimento a fiscalização.

Desta maneira, se relacionarmos as área em que efetivamente houve vistorias e foram realizados despesas administrativas (21.919,31 ha + 9.543,90 ha =31.463,21 ha) o atingimento da meta sobe para 102,35 % , o que na prática significa que foi atingido o quantitativo de área a ser vistoriada durante o ano de 2010 e justificam os recursos spendidos na atividade.

Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução CONAMA Nº 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	8374	A	3	Licença ambiental protocolado (un)	17	23	135%	17

Fonte: LOA 2010 e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
262.098,00	1.223.257,57	1.207.292,69	98,69%	259.084,22	21,18%	256.577,27	20,97%

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

O grupo de Licenciamento Ambiental, criado pelo INCRA-SP em 2008, tem sido responsável pela elaboração dos estudos necessários ao licenciamento ambiental e pelo acompanhamento dos processos junto ao órgão ambiental estadual, conforme informado no relatório

anterior. Em 2010 este grupo protocolizou 23 pedidos de licença, executando 135% da meta física para a ação, prevista em 17, embora a execução financeira não tenha correspondido ao previsto. Essa diferença entre o previsto e o realizado deve-se ao fato de haver pendências do período anterior que foram concluídas no período atual, contabilizadas, portanto, em 2010.

Cumpre informar, ainda, que em julho de 2010 entrou em vigor a Resolução SMA 056, que estabelece novos procedimentos para o licenciamento ambiental. Essa nova resolução promoveu a descentralização do licenciamento ambiental de inúmeros empreendimentos, entre eles os assentamentos de reforma agrária, para as Agências Ambientais locais da CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo). Desse modo, a partir de então, os novos processos de licenciamento ambiental de assentamentos estão sendo encaminhados diretamente para as respectivas Agências Ambientais, e não mais protocolados no Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - DAIA, em São Paulo. Essa mudança de procedimentos e descentralização teve conseqüências no licenciamento ambiental dos assentamentos, havendo necessidade, por exemplo, de se reformular alguns documentos e preencher novos requerimentos, o que aumentou a demanda do grupo.

A seguir, apresentamos a relação das fazendas e assentamentos que foram objeto de solicitação de licença ambiental em 2010.

Fazenda / Assentamento	Município	Data de Protocolo
Fazenda Corredeira	Barbosa	Março /2010
Sítio Emílio Pousada	Itanhaém	Abril / 2010
Fazenda Ipê	Agudos	Abril /2010
PDS Hugo Mazzilli	Caconde	Maio / 2010
PA Com. Agr. Nova São Carlos	São Carlos	Maio / 2010
PA Brasília Paulista	Piratininga / Cabrália Paulista	Maio / 2010
Assentamentos da UGRHI 02	Bacia do Paraíba do Sul	Maio / 2010
Assentamentos da UGRHI 05	Bacia do Piracicaba / Capivari / Jundiaí	Maio / 2010
Assentamentos da UGRHI 10	Bacia do Tietê / Sorocaba	Maio / 2010
Assentamentos da UGRHI 09	Bacia do Mogi-guaçu	Junho / 2010
Fazenda Pereira – gleba 6B	Itatiba	Outubro /2010
PA Terra Livre	Castilho	Novembro / 2010
PA Terra é Vida	Pereira Barreto	Novembro / 2010
PA São Lucas	Mirandópolis	Novembro / 2010
PA Santa Cristina	Murutinga do Sul	Novembro / 2010

PA Primavera	Mirandópolis	Novembro / 2010
PA Santa Izabel	Castilho	Novembro / 2010
PA Olga Benário	Pereira Barreto	Novembro / 2010
PA Cafeeira	Castilho	Novembro / 2010
PA São José II	Guaraçaí	Novembro / 2010
PA Aroeira	Guaraçaí	Novembro / 2010
PDS São Luis	Cajamar	Novembro / 2010
Faz. São José e Sto. Antônio	Turmalina	Dezembro / 2010

Quanto às Reservas Legais, cujas averbações são necessárias para a obtenção das Licenças de Instalação, as solicitações de averbações das reservas junto à matrícula dos imóveis também passam pela aprovação do órgão ambiental (CETESB), para posterior registro em Cartório de Registro de Imóveis (CRI).

A documentação encaminhada para tal procedimento é composta pelo Laudo de Caracterização da Vegetação do assentamento e, no caso de ausência de vegetação nativa, torna-se necessário, ainda, o Projeto de Recuperação da área de RL.

Até o presente momento foram solicitadas junto às Agências Ambientais da CETESB (Companhia Ambiental de São Paulo) e aos Centros Técnicos Regionais da SMA (Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo) a averbação das áreas de RL de 20 Projetos de Assentamento, que podem ser observados na tabela a seguir:

Assentamento	Município	Processo SMA	Área para averbação (hectares)
PA Fortaleza	Bocaina	207/2010	54,6435
PA Terra é Vida	Pereira Barreto	3.732/2010	102,9014
PA Esmeralda	Pereira Barreto	3.728/2010	415,942
PA Com. Agrária Nova São Carlos	São Carlos	208/2010	97,00
PA Dona Carmen	Teodoro Sampaio e Mirante do Paranapanema	5.656/2010	243,3092
PA Água Sumida	Teodoro Sampaio	5.634/2010	851,0952
PDS 21 de Dezembro	Descalvado	1.964/2010	53,549
PA Com. Agrária 2 de Janeiro	Descalvado	1.965/2010	27,2694
PDS Santa Helena	São Carlos	1966/2010	31,7712

PA São José II	Guaraçai	2.435/2010	175,5214
PA Aroeira	Guaraçai	2.671/2010	187,2371
PDS Prof. Luiz de David Macedo	Apiá	2.563/2010	2.646,5104
PA Santa Rita	Turmalina e Populina	3.122/2010	65,7552
PA Perdizes	Colômbia	3.117/2010	338,9625

2.3.1.2 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0135	4460	A	3	Área obtida (ha)	3.586	3.183,48	88,77%	3.100

Fonte: LOA 2010 e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
25.101.606,00	1.343.410,54	1.343.410,54	100%	1.343.410,54	100%	1.343.410,54	100%

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

A obtenção de terras se dá de três formas: desapropriação (de áreas que não cumprem os índices de produtividade), aquisição (operação de compra direta com o proprietário) e não-onerosa (na prática, terras públicas). As duas primeiras modalidades compreendem pagamento do imóvel (aquisição) e de benfeitorias em moeda corrente e em Títulos da Dívida Agrária (TDA), para a terra nua (desapropriação).

Na tabela abaixo transcrevo os imóveis que receberam recursos da ação 4460 no ano de 2010. Há que salientar que a Ação 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais

para Reforma Agrária refere-se tão somente a descentralização de recursos a título de indenização para a Superintendência, não englobando aqui, a imissão na posse do imóvel propriamente dita.

Descentralização de recursos para obtenção de imóveis

Exercício de 2010

EMIÇÃO DE TDA

DATA	PROC.	IMÓVEL	MUNICIPIO	ÁREA	NÚM. FAM.
abril	0610/02-12-SP	FAZ. SÃO RAFAEL/BOM RETIRO	PEREIRA BARRETO	1.174,88	78
julho	0794/06-44-SP	FAZ. MOINHO	GUARAÇAI	484,00	32
julho	3419/06-56-SP	FAZ. AGROCENTRO	AGUDOS	1.524,60	102
				3.183,48	

A meta realizada esta abaixo do previsto devido à escassez de recursos junto ao INCRA/BSB, pois, conforme tabela abaixo, além dos imóveis relacionados acima, existem 11 imóveis aguardando descentralização de recursos junto à SEDE, o que perfazem um total de 8.572,18 ha. Caso fosse suprida toda demanda desta Superintendência, a meta realizada aumentaria para 11.755,66 ha ou 327,82%.

Aguardando descentralização de recursos

SOLICITAÇÃO DE TDA - 2010

DATA DO ENVIO	PROC.	IMÓVEL	MUNICIPIO	ÁREA	NÚM. FAM.
2009	0531/08-05-SP	FAZ STA MARIA DA VARZEA	ITAPETININGA	687,10	57
FEVEREIRO	0208/06-61-SP	FAZ. CACHOEIRA	SOROCABA	202,00	13
ABRIL	4486/08-50-SP	FAZ SANTO ANTONIO	DRACENA	459,80	31
ABRIL	1207/08-04-SP	FAZ BOM JESUS I	INDIAPORA	850,65	57
MAIO	2721/08-59-SP	FAZ SÃO JORGE	JOSE BONIFÁCIO	151,65	13
MAIO	3147/09-37-SP	FAZ IPE	AGUDOS	801,96	55
JUNHO	2055/07-78-SP	FAZ STA TEREZINHA/ FAZ GUIRATINGA	NV INDEPENDENCIA	517,10	34
AGOSTO	5163/08-83-SP	FAZ VARGEM DO RIO JUNDIAÍ	MOGI DAS CRUZES	139,74	44
AGOSTO	1248/07-10-SP	FAZ RECREIO / GL 3	GALIA/ UBIRAJARA	404,90	27
AGOSTO	0552/09-01-SP	FAZ CORREDEIRA	PROMISSÃO	1.209,70	100
OUTUBRO	0335/02-37-SP	FAZ ITAPURA	CASTILHO	2.133,22	98
NOVEMBRO	1208/08-41-SP	FAZ SÃO VICENTE	INDIAPORA	1.014,35	68
			TOTAL	8.572,18	

2.3.1.3 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
0	16.786,14	14.509,22	86,43%	9.295,18	55,37%	9.295,18	55,37%

Fonte: SIAFI

As ações de **Gestão e Administração do Programa** dão suporte a outras atividades-meio da autarquia e que são necessárias à gestão e administração de programas como a implantação e instalação das famílias assentadas, garantindo as condições iniciais de sua

subsistência, garantia da segurança alimentar e ao suprimento de suas necessidades básicas, através da aquisição de bens de consumo essenciais e indispensáveis à qualidade de vida. Os recursos inseridos no GAP visam atendimento às ações administrativas como, pagamento de diárias, passagens, publicações, suprimento de fundos que não estejam ligadas diretamente a cada uma das ações compreendidas no Programa e/ou àquelas que envolvam mais de uma ação.

Foram empenhados R\$ 14.509,22. Esses recursos foram utilizados para o acompanhamento e execução das Ações do Programa que compreende pagamentos com locomoção, gastos com diárias, passagens e material de consumo, dentre outras.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo³

³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infraestrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infraestrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8396	A	3	Família Atendida (un)	2208	850	38,50	850

Fonte: LOA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
5.113.745,00	7.132.745,74	7.125.942,34	99,90	1.358.953,96	19,05	1.350.135,15	18,92

Fonte: LOA/SIR/SIAFI

Foram empenhados R\$ 7.125.942,34 e pagos R\$ 1.350.135,15, o que proporcionou uma execução financeira de 18,92%. O valor empenhado contempla saldo do

exercício anterior que pela não descentralização de recursos financeiros foram inscritos em restos a pagar.

Esta ação prevê a recuperação de infraestrutura básica necessária para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos. As prioridades foram abertura e recuperação de estradas, e destoca em lotes, objetivando viabilizar a produção. Sendo assim, a SR (08) busca estender de forma mais abrangente possível os benefícios sociais ao meio rural, tendo em vista serem ações fundamentais para a permanência dos assentados no campo, propiciando o seu desenvolvimento. Estas ações são executadas de forma direta, através de licitações públicas ou por meio de convênios ou acordos de co-participação celebrados com outras instituições governamentais das esferas federal, estadual ou municipal.

As ações mais importantes no exercício de 2010 foram executadas em virtude da continuidade da parceria com a CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo – Contrato 051/2009, o que vem possibilitando um incremento qualitativo no desenvolvimento da infraestrutura dos assentamentos no Estado de São Paulo, entretanto devido às restrições financeiras estamos com muitas dificuldades na continuidade nessas ações, como consequência algumas obras foram paralisadas.

A CODASP é uma empresa de economia mista com controle acionário do Governo do Estado de São Paulo, criada em 1987, especializada na prestação de serviços de abertura conservação de estradas rurais, terraplenagem, preparação e conservação de solo, construção de açudes e lagoas de tratamento de efluentes, execução de microbacias hidrográficas, dentre outros. Pelo seu alto grau tecnológico (possui certificação ISO9000), integração de técnicas com as necessidades ambientais e eficiência, foi dada continuidade nessa parceria, iniciada em 2005. No exercício de 2010, em virtude dos poucos recursos financeiros liberados, as principais obras executadas pela CODASP foram:

Obras executadas pela CODASP

Exercício de 2010⁴

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS BENEFICIADAS	OBRA
AGUDOS	MARACI	48	DESTOCA 98,0 ha
IARAS	ZUMBI DOS PALMARES	76	DESTOCA 100,0 ha
IARAS	ZUMBI DOS PALMARES	352	ABEERTURA DE 18,43 KM E RECUPERAÇÃO DE 11,77 COM CASCALHAMENTO
BAURU	HORTO AIMORÉS	374	ABEERTURA DE 35,0 KM E RECUPERAÇÃO DE 5,0 COM CASCALHAMENTO
TOTAL GERAL	-	850	-

Com isso foi possível atender 850 famílias com obras de infraestrutura conforme apresentado na tabela acima, muito aquém das necessidades demandadas pelos assentamentos do Programa de Reforma Agrária do governo federal, no estado de São Paulo. Reafirmamos que a baixa execução de obras de infraestrutura, deveu-se em razão dos poucos recursos financeiros liberados pelo INCRA/SEDE, diferentemente dos exercícios anteriores, quando foi possível atender a muitos assentamentos/famílias, viabilizando desta forma a implantação de políticas públicas, necessárias para o desenvolvimento e o acesso aos serviços básicos das comunidades assentadas.

Em razão das inconsistências na descentralização de recursos, esta UJ adotou como sistemática, a realização de certames licitatórios – PREGÕES ELETRÔNICOS - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS para aquisições de materiais, em parceria com os assentados na prestação de serviços, visando a recuperação e ou execução de obras de pequeno porte na infraestrutura, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

⁴

Fonte: Gabinete da Superintendência.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8398	A	3	Família atendida (un)	322	1651	512,73%	1099

Fonte: LOA 2010 e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
276.995,00	38.000,00	38.000,00	100	37.030,00	97,44%	37.030,00	97,44%

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

Foram liquidados R\$ 37.030,00 gerando uma execução financeira de 97,44% em relação ao empenhado no valor de R\$ 38.000,00. No exercício de 2010, foram realizadas as seguintes atividades:

- Elaboração de projetos com estudos das áreas a serem parceladas, em conjunto com as equipes de ATES, através de eventos denominados discussão participativa da comunidade, na elaboração de tais projetos;
- Demarcação física das parcelas através da colocação de marcos de concreto;
- Mapeamento e confecção de memoriais descritivos para lotes constantes dos processos de moralização, recolocação de divisas de lotes que tiveram seus marcos perdidos por conta da construção de estradas, litígios criados por conta da má construção das divisas (cercas) dos lotes já demarcados;

- Demarcação de barreiras agroflorestais para proteção das áreas de RL (Reserva Legal) e APP (áreas de proteção permanente), composição de barreiras quebra-vento e corredores de biodiversidade.

A execução física da ação foi alta, representando 512,73% do estabelecido na Programação Orçamentária.

Com relação aos recursos humanos utilizados na execução da ação, pouco se tem feito pela própria instituição, uma vez que a contratação dos serviços é feita via licitação, em razão da inexistência de corpo técnico suficiente para a execução direta.

Neste sentido, é imprescindível a contratação de empresas para a realização dos serviços de demarcação topográfica, tendo em vista o INCRA não dispor de pessoal suficiente para a execução direta. Os critérios utilizados para análise e aprovação do repasse dos recursos são:

- Parte-se do princípio de que todos os assentados em Projetos de Assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA têm direito à demarcação topográfica dos seus lotes, uma vez atendidas a Norma de Execução.
- A Programação Operacional da Superintendência Regional, tendo como base o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, com prioridade às ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	691	0137	4320	A	3	Família beneficiada (un)	0	0	0	0

Fonte: LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Não foram descentralizados nem programados recursos para esta ação no exercício de 2010.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	4358	A	3	Documentação de titulação expedida (un)	267	256	95,88%	256

Fonte: LOA 2010 e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
38.713,29	40.213,00	40.161,32	99,87%	35.478,08	88,22%	35.478,08	88,22%

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

Já a ação de **Titulação, Concessão de Uso e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento**, tem por objetivo transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas. Tal ação se dá mediante a concessão de documentação às famílias

assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; e realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

A ação de Titulação, Concessão de Uso e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento alcançou 95,88% da meta para o ano conforme demonstrativo abaixo:

Exercício de 2010

PROJETO DE ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	CCU EMITIDO
PDS COMUNIDADE AGRÁRIA AURORA	DESCALVADO	62
PA DONA CARMEM	MIRANTE DO PARANAPANEMA	123
PA FORTALEZA	BOCAÍNA	28
PDS SÃO LUIZ	CAJAMAR	30
PA SÃO CARLOS	SÃO CARLOS	13
Total de Contrato de Concessão de Uso Emitido no Exercício de 2010		256

Como a ação de titulação (concessão de uso) depende de uma série de outras ações dentro de um projeto de assentamento como homologação e demarcação topográfica, além de procedimentos administrativos como orçamento e publicação em DOU para que o título seja emitido, não foi possível atender a todos os beneficiários, ficando como meta para o exercício de 2011.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fatura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fatura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fatura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	P	3	Projeto consolidado (un)	0	0	0	0	0	

Fonte: LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	2B06	A	3	Unidade Família de produção atendida (un)	34	0	0%	34

Fonte: LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
80.914	20.168,10	17.835,82	88,43%	16.745,82	83,03%	16.745,82	83,03%

Fonte: SIAFI

Foram empenhados R\$ 20.168,10 e liquidados R\$ 16.745,82. Em razão da provisão recebida, não foi possível avançar na execução desta ação, não sendo computada nenhuma meta. Os recursos foram utilizados no acompanhamento das ações iniciadas no exercício anterior, ações administrativas com deslocamento, pagamento de diárias, passagens, publicações, suprimento de fundos que estejam ligadas diretamente a cada uma das ações compreendidas no Programa e/ou àquelas que envolvam mais de uma ação.

Dos recursos descentralizados no exercício de 2009, que estão registrados em restos a pagar, cerca de R\$ 6 milhões, estão em execução, CODASP, porém devido à restrição dos recursos financeiros estão comprometidos.

Para esta ação, a Superintendência Regional do INCRA-SP vêm desenvolvendo Convênios, Termos de Cooperação, Termos de Compromisso e Termos de Ajustamento de Conduta Estadual com os Órgãos Estaduais de Meio Ambiente e outras entidades com o intuito de promover a regularização ambiental, a reorientação da atividade agrícola em busca de sustentabilidade e a promoção do licenciamento ambiental dos assentamentos.

A execução do programa de meio ambiente nos projetos de assentamento, tem sua base fundamentada em que as áreas ambientais também devem ser objeto de ação governamental, com vistas à sua conservação, do seu restauro e do seu uso sustentável, posto que representa um patrimônio atual, e ao mesmo tempo para as gerações futuras.

Atualmente no Estado de São Paulo, dos 173.691 hectares ocupados pelas 9.730 famílias assentadas, 9.319 hectares são de área de preservação permanente (APP) e 33.516 hectares de área de reserva legal (RL).

É comum encontrar nos processos de obtenção de áreas para fins de reforma agrária, em sua grande maioria, propriedades que não cumpriram a legislação ambiental e por consequência apresentavam vastas áreas degradadas. Isto porque, não existia nestas áreas reserva legal vegetada; as áreas de preservação permanente estavam degradadas, e os solos utilizados sem nenhuma prática conservacionista.

Por isso, o programa de meio ambiente deve visar à recuperação e conservação dos recursos naturais nos projetos de assentamento, tratando inclusive o elemento água, para além da discussão com os assentados, haja vista a sua importância para atender ao consumo humano, animal e no uso agrícola para o desenvolvimento dos projetos de assentamento.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
0	0	0137	0427	A	3	Família atendida (un)	1676	7.125	425,11%	7.125

Fonte: LOA 2010 e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
10.124.956,00	33.594.400,00	33.536.588,90	99,87%	8.273.988,90	24,63%	8.273.988,90	24,63%

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

A Ação Concessão de Crédito Instalação às famílias assentadas contribui para o alcance dos objetivos direcionados às fases de implantação e recuperação dos Projetos de Assentamento e proporciona aos assentados os meios para suprir demandas, por ventura existentes, de moradia, de subsistência, e de geração de renda, observadas as especificidades locais, com vistas a dar condições de uma instalação mais digna às famílias nas parcelas e fomentar o desenvolvimento das atividades econômicas dos assentamentos.

Em São Paulo são aplicadas as seguintes modalidades de Crédito Instalação:

- Apoio Inicial – é concedido às famílias assentadas, visando suprir as necessidades básicas, bem como ao fomento inicial de seu processo produtivo para sua instalação nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. Com o Apoio Inicial pode-se comprar alimentos, sementes, insumos agrícolas, ferramentas de trabalho, implementos agrícolas de tração animal, matrizes leiteiras, bens de consumo de primeira necessidade e indispensáveis à qualidade de vida, sendo vedado à aquisição de agrotóxicos, bebidas alcoólicas, fumo, armas de fogo e munição.

- Aquisição de Material de Construção – é concedido às famílias assentadas, residentes e domiciliadas no Projeto de Assentamento, para auxiliar na construção de suas unidades habitacionais, nos lotes identificados conforme o projeto de parcelamento, ou com a localização definida em caso de projetos coletivos.

- Fomento – concedido às famílias residentes e domiciliadas em Projetos de Assentamento, visando o fortalecimento das atividades produtivas. Com o Fomento e Adicional de Fomento podem ser adquiridos bens de produção, insumos, mudas certificadas, matrizes e vacas leiteiras e na implantação de projetos coletivos de produção e máquinas agrícolas em condomínio, sendo vedada a aquisição de agrotóxicos.

- Aquisição de Materiais de Construção – destinado à recuperação das unidades habitacionais nos Projetos de Assentamento que, após constatação por meio de laudo técnico, apresentem necessidades de reforma e/ou ampliação.

E mais, em dezembro de 2008, a Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, por meio da Instrução Normativa nº 50, de 22 de dezembro de 2008, aprimorou os normativos que regem a concessão dos recursos, e fixou novos valores e normas gerais para implementação do Crédito Instalação aos beneficiários da Reforma Agrária, acrescentando duas novas modalidades:

- Apoio Mulher – concedido para utilização exclusiva da mulher do lote que compõe a unidade familiar, residente e domiciliada no Projeto de Assentamento, visando o desenvolvimento de atividades agrícolas e/ou comerciais no âmbito dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

- Adicional do Fomento – concedido às famílias residentes e domiciliadas em Projetos de Assentamento, visando dar continuidade ao fortalecimento das atividades produtivas e ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária.

Além de dar suporte inicial para ocupação da parcela recebida pelo programa, o crédito interliga-se a outras atividades e iniciativas governamentais indispensáveis à promoção do desenvolvimento rural sustentável nos assentamentos, com destaque para o Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental e Capacitação de Assentados, obras de saneamento e abastecimento de água (poços e cisternas), e o Programa Luz Para Todos, realizado pelo Ministério de Minas e Energia.

Assim, a Ação Concessão de Crédito Instalação articula-se e integra-se às políticas públicas de assistência técnica, extensão rural, eletrificação rural e saneamento básico, necessárias ao desenvolvimento dos Projetos de Assentamento.

A concessão de Crédito Instalação às famílias assentadas no exercício de 2010 vigorou com valores estabelecidos na IN/INCRA/nº 58, 05 de março de 2010, nas seguintes modalidades:

Apoio Inicial - R\$ 3.200,00

Apoio Mulher - R\$ 2.400,00

Aquisição de Materiais de Construção - R\$ 15.000,00

Fomento - R\$ 3.200,00

Adicional do Fomento - R\$ 3.200,00

Recuperação Materiais de Construção até - R\$ 8.000,00

Reabilitação de Crédito Produção até - R\$ 6.000,00

Vale ressaltar que essas alterações contribuíram no atendimento às necessidades das famílias assentadas nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, e adequaram os valores a parâmetros competitivos de mercado. Os recursos são repassados às contas correntes (bloqueadas) vinculadas às associações ou aos representantes dos assentados por meio de contrato de prestação de serviços celebrados entre o INCRA e as Instituições Financeiras responsáveis pela sua operacionalização.

Em relação ao exercício de 2010, pode-se afirmar que houve uma execução de 99,87% na meta física e 24,63% na financeira. Isto decorre devido ausência da descentralização dos recursos financeiros (INCRA-SEDE à INCRA-SR08) necessários para atendimento as famílias. Foram descentralizados R\$ 8.273.988,90 para atender 7.125 famílias. Este ano não houve atendimento de famílias referente aos exercícios anteriores.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
790.055	1.097.556,12	1.060.869,90	96,66%	829.833,18	75,61%	829.833,18	75,61%

Fonte: SIAFI

Esta ação contribuiu para o alcance das metas institucionais das demais ações deste programa promovendo o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização dos projetos de assentamento. Por ser uma ação de suporte à consecução de serviços técnicos e administrativos, esta ação custeava desde diárias e passagens até formulação e divulgação de políticas públicas. Os recursos desta ação custearam também diárias para o gabinete da superintendência e a procuradoria federal especializada.

2.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas à melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	125	0138	2105	A	3	Imóvel Gerenciado	179222	27.271	15,21	28.000

Fonte: LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
1.613.000	1.613.000	1.613.000	100%	1.541.263	95%	1.541.263	95%

Fonte: LOA e SIAFI

De acordo com dados dos relatórios de monitoria fornecidos pela Coordenação Geral de Cadastro, no período de janeiro a dezembro de 2010, foram gerenciados 27.271 imóveis rurais representando um acréscimo de 69,7% em relação ao ano de 2009 no qual foram gerenciados 16.064 imóveis rurais.

Embora tenha ocorrido um aumento de 69,7% no total de imóveis gerenciados, o percentual da meta realizada foi de 15,21%. O fato se deve à meta física ter sido superestimada na ocasião do Decreto Nº 7.144/2010, uma vez que, no PO 2010 a meta física /capacidade declarada foi de 13.000 e na LOA 2010 de 12.000 imóveis gerenciados.

A meta a ser realizada em 2011 é de 28.000 imóveis gerenciados.

Os problemas enfrentados na execução das ações foram os relacionados ao funcionamento do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, que apresentou vários períodos de instabilidade impossibilitando a realização contínua dos trabalhos, e a falta de servidores no Serviço de Cadastro Rural para a execução dos trabalhos. Tais problemas ocasionaram acúmulo de solicitações de atualização cadastral – SAC e longos prazos de atendimento.

Em 2010 foram firmados 37 Termos de Cooperação Técnica com Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo para a implantação de Unidades Municipais de Cadastro – UMC e 01 Termo de Cooperação Técnica com a Procuradoria Especializada do INSS de Marília/SP de caráter consultivo.

Atualmente, temos 227 termos vigentes, sendo 222 para Unidades Municipais de Cadastro e 05 para órgãos externos. Das 222 UMC's, 170 estão informatizadas e devidamente capacitadas sobre as regras e normas do Manual de Cadastro Rural.

2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibilizá-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando à construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	126	A	3	Sistema de Cadastro Rural Mantido	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Esta ação está centralizada na Sede e os recursos destinam-se a pagamento do contrato (CRT/DF 69100/2006) com o Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, que tem como objeto a prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, processamento e armazenamento de dados, por intermédio de computação eletrônica, impressão eletrônica de documentos, extração de dados e outros serviços na área de Tecnologia da Informação do Sistema Nacional de Cadastro Rural. Ou seja, esta ação não é aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Edvaldo Gomes.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	0138	4426	A	3	Área Medida e Georreferenciada (ha)	110.533	56.433,9351	51,05%	

Fonte: LOA 2010 e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
1.658.000	1.658.000	1.658.000	100%	1.658.000	100%	1.658.000	100%

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

O INCRA-SP através de procedimento licitatório, pregão eletrônico, realizado em 2009 contratou a empresa TOPOSAT Engenharia para execução dos trabalhos de Georreferenciamento dos Projetos de Assentamento do INCRA no Estado de São Paulo.

No ano de 2010 foram executadas 38 ordens de serviços somando um total de 56.433,9351 há atingindo assim 55,05 % da meta prevista para o ano de 2010.

Em razão da inconsistência na descentralização de recursos financeiros, estamos com dificuldades em manter o instrumento.

2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ**Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	A	3	Área Regularizada(há)	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Não foram descentralizados nem programados recursos para esta ação no exercício de 2010.

2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas**Dados gerais da ação**

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	A	3	Área com Processo Impetrado (há)	0	0	0	0	21	127

Fonte: LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Não foram descentralizados nem programados recursos para esta ação no exercício de 2009.

2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação**Tipo da Ação:** Atividade.**Finalidade:** Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.**Descrição.** Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE**Coordenador nacional da ação:** Márcio Marrek Berbigier**Unidades executoras:** Superintendências Regionais**Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ****Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	A	3	Área Diagnosticada Destinada (há)	0	4.703,99	0	0	21	127

Fonte: LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Não foram descentralizados nem programados recursos para esta ação no exercício de 2010.

2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa**Dados gerais da ação****Tipo da Ação:** Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
5.376	534.862,36	472.274,20	88,30%	315.586,30	59%	315.586,30	59%

Fonte: SIAFI

Esta ação contribuiu para o alcance das metas institucionais das demais ações deste programa promovendo o acompanhamento, o monitoramento e a fiscalização dos projetos de assentamento. Por ser uma ação de suporte à consecução de serviços técnicos e administrativos, esta ação custeava desde diárias e passagens até formulação e divulgação de políticas públicas. Os recursos desta ação custearam também diárias para o gabinete da presidência, a procuradoria federal especializada.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁶

Principais Ações do Programa

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	128	0139	4572	A	3	Servidor Capacitado (um)	60	99	165%	53

Fonte: LOA 2010 e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
56.820	81.064,15	75.650,12	93%	68.629,21	85%	68.629,21	85%

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

As ações de capacitação, no âmbito da Administração Pública Federal, seguem as diretrizes estabelecidas pelo Decreto 5.707, de 23 e fevereiro de 2006, que instituiu as bases para o desenvolvimento de pessoal da administração pública federal, e trouxe o modelo de Gestão por Competências, cuja metodologia é a gestão da capacitação orientada para o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos da instituição.

As oportunidades de capacitação foram oferecidas nas diferentes modalidades, como por exemplo: cursos presenciais, à distância, oficinas, seminários e

congressos, razão pela qual um mesmo servidor pode ter participado de mais de um evento de capacitação em 2010.

Na execução física das ações de capacitação, a Superintendência Regional de São Paulo superou a meta prevista na PO 2010, em função do cômputo de um mesmo servidor participar de diversos eventos de capacitação. Ao valor liberado inicialmente para atender demandas prioritárias e pontuais da SR, somaram-se outras ao longo do exercício, que foram prontamente atendidas pela Administração Central.

As ações de treinamento/capacitação dos servidores desta SR-08 foram definidas através de levantamentos realizados junto às diversas unidades e seus servidores, bem como em atendimento a sugestões da auditoria, em seus relatórios.

Os treinamentos contemplaram os segmentos Técnico Finalístico, Técnico Administrativo, Gerencial, Informática e Comportamental.

No quadro abaixo estão relacionadas às capacitações realizadas no exercício de 2010:

Capacitação de Servidores Públicos Federais

Exercício de 2010

Curso	Participantes	Período	Horas-Aula	Local
III Fórum Nacional de Planejamento, Mont.	01	01/02 a 05/02	40h	Anápolis/GO
Gest. De Convênios e de contratos de repasse por conveniente	01	22/2/10 a 29/3/10	40h	São Paulo/SP à distância
Oficina: Roteiro de Aplicação do Questionário	17	02/03 a 04/03	24h	São Paulo/SP
`` Congresso Brasileiro de Pregoeiros ``	01	15/03 a 18/03	32h	Foz de Iguaçu/PR
Encontro Nacional de Gestão de Pessoas	01	06/04 a 09/04	33h	Brasília/BR
Trein. De Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal	01	12/04 a 14/04	24h	São Paulo/SP
EAD Legislação Aplicada à Gestão de Pessoas	01	26/04 a 25/05	30h	ENAP à distância
Gestão de Convênios e de Contratos de Repasse para Convenientes	01	22/02 a 29/03 2010	40h	São Paulo/SP à distância
IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais	01	09/06 a 11/06 2010	22h	Araraquara/SP
Curso de SICONV Passo a Passo	04	28 a 30/06	24h	Curitiba/SP
Palestra ` Legislação de Mineração `	20	30/06/2010	8h	São Paulo/SP
Oficina Nacional do Crédito Apoio á Mulher	01	28 a 29/07	16h	Goiânia/GO
PAD – Formação para membros de Comissões	02	16 a 20/08	27h	São Paulo/SP
`` Oficina de Aplicações do Pacote Office ``	10	08 a 17	32h	São Paulo/SP
`` Oficina: Concessão de Aposentadoria SIAPE/SIAPECAD	02	27 a 01	40h	Florianópolis/SC
Trein. De utilização do GPS JUNO e SGT	01	28 a 01	40h	Brasília/DF
PAD – Formação Para Membros de Comissões	01	18 a 22/10	27h	São Paulo/SP
TCE – Tomadas de Contas Especial	04	25 a 29/10	40h	São Paulo/SP
Seminário – Cartas a um Jovem Administrador	01	11/11/10	3h	São Paulo/SP
Assistência Saúde Suplementar Treinamento	01	09 a 11/11/2010	32h	Brasília/DF
Curso de SIAFI Gerencial	01	17 a 19/11	24h	Brasília/DF
Curso de Engenharia de Avaliação	07	18/10 a 26/11	60h	À distância
Capacitação em Fiscalização da Função Social de	16	29/11 a 03/12	40h	Florianópolis/SC

Imóveis				
Congresso ABTD	02	30 a 03/12	32h	Santos/SP
Fórum Nacional de Planejamento e Monitoramento	01	30 a 03/12	32h	Salvador/BA
TOTAL	99		762	

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

Principais Ações do Programa

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acessos a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1120	2109	A	3	Família Acampada Assistida(un)	545	9830	1.803,66	11.921

Fonte: LOA 2010 e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
61000	67.433,27	64.989,22	96%	61.821,93	92%	61.779,80	92%

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

Visando justificar a presente ação, descrevemos a atuação do setor de conflitos, porém anteriormente gostaríamos de explanar sobre os números do ano de 2010, principalmente onde demonstra as alíneas “Meta prevista PO 2010” e “Meta realizada”:

Em “Meta prevista PO 2010” conta 545 (quinhentos e quarenta e cinco), ao que sugere ser atividades realizadas 1 (uma) etapa de entrega de cesta básica, 1 (um) atendimento telefônico...etc) e “Meta realizada” conta 9.800 (nove mil e oitocentos), que são as famílias atendidas na média anual por entrega de cestas básicas. Este número oscilou durante o ano 2010 devido às dinâmicas dos diversos movimentos sociais, que invariavelmente implica na saída e entrada de famílias em um acampamento de trabalhadores rurais sem terra.

Durante o ano de 2010, o setor desenvolveu as seguintes ações:

- Entrega de lonas doadas pela Ouvidoria Agrária Nacional, às famílias de trabalhadores rurais sem terra em estado de periculosidade habitacional.
- Cadastramento de trabalhadores rurais sem terra candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Também utilizado para efeitos previdenciários e de apoio á quantificação de cestas básicas, nos locais de acampamento.
- Entrega de cestas básicas á trabalhadores rurais sem terra, via convênio Conab x MDS x Incra, visando garantir a segurança alimentar.
- Acompanhamento de cumprimento de liminares de reintegração de posse pela Polícia Militar estadual, visando apoio jurídico às famílias em iminência de despejo.
- Atendimento telefônico de famílias de trabalhadores rurais sem terra.
- Visita a acampamentos de trabalhadores rurais sem terra visando levantamento de informações e estratégias que possam subsidiar as ações da Superintendência Regional.
- Apoio social, psicológico ás famílias de trabalhadores rurais sem terra vítimas de violência no campo.
- Mediação entre as partes em conflito fundiário e instâncias de governo: reuniões com lideranças, entidades de apoio, representantes dos envolvidos e contatos com órgãos governamentais, poder judiciário e polícia militar.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁸

Principais Ações do Programa

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	1336	1642	P	3	Comunidade Titulada (un.)	0	1	0%	2

Fonte: LOA 2010 e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
16.763	126.700	125.385,75	99%	117.603,57	93%	117.603,57	93%

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

Foram empenhados R\$125.385,75 e liquidados R\$ 117.603,57, o que representou uma execução financeira de 93% das provisões recebidas. O valor recebido pela UJ foi maior do que o estimado, o que se justifica pelos gastos oriundos das metas executadas (entre comunidades tituladas, RTIDs publicados, Portarias de Reconhecimento e Decretos-desapropriação editados), que superaram as previstas e ajustadas no Caderno de Metas – LOA 2010.

Dentro do Programa Brasil Quilombola, do Governo Federal, o INCRA foi incumbido da competência para a regularização fundiária dos territórios ocupados pelas comunidades remanescentes de quilombolas e tem as seguintes atribuições e ações a desempenhar:

- Identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (art 3º do Decreto 4.887/03). Isso significa que, uma vez identificados e discriminados os regimes de domínio de determinado território, caberá ao INCRA a regularização das terras públicas federais e dos territórios particulares (desapropriação); a transferência do domínio das terras devolutas (estaduais) aos remanescentes de quilombo é de competência dos respectivos órgãos estaduais. Para essa atribuição, segue-se o procedimento atualmente estabelecido na Instrução Normativa nº 57 do INCRA, que inclui tarefas como: executar o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) dos territórios pleiteados; notificar seus ocupantes e confinantes; acolher e analisar as manifestações referentes à identificação territorial realizada; analisar, junto aos demais órgãos competentes, as situações em que os territórios identificados se sobreponham a unidades de conservação, terras indígenas ou outras áreas de interesse da União e dos Estados; analisar a dominialidade dos imóveis incidentes sobre o território identificado; propor a edição de decreto-desapropriação, quando for o caso, sobre as áreas particulares incidentes nos territórios remanescentes de quilombo identificados e formalmente reconhecidos pela Presidência do INCRA.
- Quanto à publicação dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), muitas comunidades remanescentes de quilombo já possuem estudos de reconhecimento realizados pela Fundação ITESP, órgão do governo do Estado de São Paulo, com base em lei estadual específica. Acolhidos pela equipe técnica do INCRA, estes estudos são complementados e adequados à legislação federal pertinente (Decreto nº 4.887/03 e Instrução Normativa INCRA nº57/09), permitindo assim sua publicação.
- Após analisadas e julgadas eventuais contestações aos RTIDs (em duas instâncias), encaminha-se o processo para a Presidência do INCRA em Brasília, para a publicação de Portaria de Reconhecimento do território identificado. É após a etapa de reconhecimento que podem ser tomadas as ações necessárias à titulação dos territórios – avaliação dominial; proposta de edição de decreto desapropriatório para as áreas particulares; avaliação de terra nua e benfeitoria para as áreas particulares, visando o pagamento de indenizações (Ação 0859).
- Além disso, conforme o Artigo 15 do Decreto nº 4.887/03: *“Durante o processo de titulação, o INCRA garantirá a defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos nas questões surgidas em decorrência da titulação das suas terras”*. A Procuradoria do INCRA, respaldada pela equipe técnica do Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas desta Superintendência, atua em qualquer pólo (ativo ou passivo) e em qualquer instância, na defesa dos

interesses dos remanescentes das comunidades dos quilombos, inclusive antes da existência de processo de desapropriação, na defesa da posse de seus territórios. Atualmente, por exemplo, estamos atuando na defesa dos interesses quilombolas em processos de conflitos de luta pelo território das comunidades de Cambury, Caçandoca e Porcinos.

Análise das metas e resultados – Exercício 2010:

Ao longo do exercício de 2010, foi titulada uma comunidade remanescente de quilombo no âmbito da UJ: Ivaporunduva, no município de Eldorado, com aproximadamente 100 famílias. A área titulada (particular) é de 2.035,12 hectares. O INCRA expediu o título e este foi levado a registro no mês de julho.

Cabe mencionar ainda outros indicadores de metas, no âmbito desta ação, com resultados significativos em 2010:

- Em setembro, foi publicada a Portaria de Reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo de São Miguel Arcanjo do Morro Seco, no município de Iguape, com área de 164,6869 hectares e 16 famílias.
- Em dezembro, foi publicado o Decreto-desapropriação referente ao território da comunidade remanescente de quilombo de São Miguel Arcanjo do Morro Seco, o que permitirá sua titulação futura.
- Ainda em dezembro, foi publicado o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade remanescente de quilombo de Mandira, no município de Cananéia, com área de 1.259,35 hectares e 24 famílias.
- Os imóveis particulares incidentes sobre os territórios das comunidades de Cafundó (município de Salto de Pirapora) e Brotas (município de Itatiba) encontram-se em estágio final de avaliação, o que deverá permitir, em breve, o ajuizamento das respectivas ações de desapropriação. Com isso, há a previsão de que estas duas comunidades sejam tituladas – ao menos parcialmente – no exercício de 2011.
- Informe-se ainda que a titulação da comunidade remanescente de quilombo Cafundó, no município de Salto de Pirapora, inicialmente prevista para este exercício, não foi levada a termo até o presente. Os principais obstáculos se referem a pendências relativas à dominialidade e titularidade de imóveis incidentes no perímetro do território, além da extrema complexidade dos procedimentos de avaliação dos imóveis, tendo em vista sua configuração fundiária e a necessidade de cálculo

detalhado de passivos ambientais. Não obstante tais dificuldades, a titulação da comunidade, ainda que parcial, deve ocorrer no exercício de 2011.

- Quanto à publicação dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) dos demais territórios, a alocação de novos servidores junto ao Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas desta Superintendência, no exercício de 2010, deve permitir que estas publicações ocorram em maior número e com maior celeridade ao longo do exercício de 2011, especialmente nos casos de comunidades já contempladas com estudos de reconhecimento previamente realizados por outros órgãos relacionados à questão quilombola (por exemplo, Fundação ITESP, Ministério Público Federal).

Processos em trâmite:

Durante o exercício de 2010, a equipe da Superintendência do INCRA em São Paulo, deu encaminhamento aos trabalhos da ação, de acordo com as diversas fases em que se encontram. Segue abaixo o quadro com todos os processos de reconhecimento e titulação de comunidades remanescentes de quilombos em trâmite na UJ:

Data de Abertura do Processo	Município	Comunidade
08/10/04	Salto de Pirapora	Cafundó
09/12/04	Cananéia	Mandira
09/12/04	Eldorado	Sapatu
09/12/04	Itapeva	Jaó
09/12/04	Capivari	Capivari
09/12/04	Eldorado	Pedro Cubas de Cima
09/12/04	Eldorado	André Lopes
23/02/05	Iporanga	Pilões
23/02/05	Eldorado/Iporanga	Galvão
23/02/05	Eldorado/Iporanga	São Pedro
23/02/05	Eldorado	Ivaporunduva
24/02/05	Ubatuba	Caçandoca
05/04/05	Iporanga	Poço Grande
02/05/05	Ubatuba	Cambury
02/05/05	Ubatuba	Fazenda Caixa

09/05/05	Itatiba	Brotas
10/05/05	Iporanga	Porto Velho
31/05/05	Itaoca	Cangume
07/06/05	Iguape	Morro Seco
30/06/05	Iporanga	Bombas
12/07/05	Iporanga	Maria Rosa
12/07/05	Eldorado	Pedro Cubas
12/07/05	Eldorado	Nhungara
12/07/05	Iporanga	Praia Grande
25/10/05	Cananéia	Varadouro
25/10/05	Cananéia	Santa Maria
25/10/05	Cananéia	Taquari
25/10/05	Barra do Turvo	Reginaldo
25/10/05	Cananéia	Porto Cubatão
17/02/06	Eldorado	Boa Esperança
06/04/06	Ubatuba	Cassanga
17/07/06	Votorantim	José Joaquim Camargo
17/07/06	São Roque	Carmo
11/08/06	Pilar do Sul	Fazenda Pilar
11/08/06	Sarapuí	Caxambu
14/08/06	Barra do Turvo	Terra Seca
14/08/06	Barra do Turvo	Ribeirão Grande
14/08/06	Barra do Turvo	Cedro
14/08/06	Barra do Turvo	Pedra Preta
14/08/06	Barra do Turvo	Paraíso
05/04/07	Salto de Pirapora	José Joaquim Camargo / Piraporinha
09/05/07	Eldorado	Abobral
17/05/07	Salto de Pirapora	Fazendinha dos Pretos
25/02/08	Iporanga	Piririca
07/07/08	Jacupiranga / Eldorado	Poça
28/08/08	Ubatuba	União dos Morros
30/09/08	Agudos	Porcinos

05/08/10	Cananéia	Bairro Retiro (ex-Colônia Velha)
13/12/10	Registro	Peropava
Total Geral: 49 processos de reconhecimento e titulação		

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação**Tipo da Ação:** Operações Especiais.**Finalidade:** Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.**Descrição:** Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.**Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** INCRA-SEDE**Coordenador nacional da ação:** Givânia Maria da Silva**Unidades executoras:** Superintendências Regionais**Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ****Execução Física das ações realizadas pela UJ**

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	OP	3	Área Indenizada(há)	0	0	231	0	21	631

Fonte: LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Em decorrência das fases processuais não terem chegado ao estágio de pagamento de indenização aos ocupantes das áreas quilombolas, não foram utilizados recursos nesta ação.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁹

Principais Ações do Programa

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	366	1350	4474	A	3	Trabalhador Rural Escolarizado	0	0	0	0

Fonte: LOA 2010 e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	Valor Pago
---------	-------------------	-----------------	-------------------	------------

R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

A Educação de jovens e adultos (EJA) desenvolve-se por meio da alfabetização e continuidade dos estudos escolares no ensino fundamental e médio. Os projetos contêm três ações básicas:

- Alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental;
- Capacitar pedagogicamente e escolarizar educadores no ensino fundamental para que venham a atuar como agentes multiplicadores nas áreas de reforma agrária;
- Formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

Essa ação foi viabilizada com a parceria da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). O convênio teve início no ano de 2007 e teve vigência até dezembro de 2010. O curso previa a formação de 400 alunos, mas com as desistências, somente 302 se formaram.

O curso de alfabetização de jovens e adultos (EJA) celebrado com a (UNIMEP), previa o pagamento da última parcela em 2009, no valor de R\$ 135.900,00. Esse valor foi empenhado em 2009, mas somente foi transferido à UNIMEP em 2010. Portanto, não aparece no orçamento de 2010.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato Sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	A	3	Profissional Capacitado(un)	0	0	0	0	0	0

Fonte: LOA e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido	Empenho liquidado	Valor Pago
---------	-------------------	-----------------	-------------------	------------

R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sociopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto socioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	363	1350	8370	A	3	Profissional Formado (un.)	303	278	91,75%	144

Fonte: LOA 2010 e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
884.500	974.500	921.150	95%	638.550	65%	638.550	65%

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

O PRONERA opera por meio de uma parceria do INCRA, com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino, entidades privadas sem fins lucrativos e com governos estaduais e

municipais.

– **Ensino Superior**

Destina-se ao cumprimento da garantia de formação profissional, mediante cursos de graduação ou pós-graduação, em diversas áreas do conhecimento que qualifiquem as ações dos sujeitos que vivem e/ou trabalham para a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Promovem o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades e as universidades, desenvolvendo metodologias apropriadas para as diversidades territoriais. Para promover o desenvolvimento sustentável, as ações do programa têm como base a diversidade cultural e sócio-territorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico. Já as práticas educacionais têm como princípios o diálogo, a práxis e a transdisciplinaridade. Em 2010, a SR(08) encerrou o ano com 3 cursos superiores em andamento, a saber.

- UNESP: Graduação em Geografia, com habilitação em licenciatura e bacharelado (duração 5 anos); Teve início em dezembro de 2006 e terá vigência até dezembro de 2011.
- UFSCar: licenciatura em Pedagogia (duração 4 anos); Teve início em outubro de 2007 e terá vigência até janeiro de 2012.
- UFSCar: Bacharelado em Agronomia (duração 5 anos). Teve início em outubro de 2007 e terá vigência até janeiro de 2013.

Todos os cursos tiveram as demandas dos movimentos sociais contempladas na construção do projeto pedagógico, sendo que os mesmos seguiram as diretrizes curriculares estabelecidas pelo MEC e atenderam simultaneamente a legislação específica de cada universidade. Os cursos são desenvolvidos na modalidade de alternância, com os tempos distribuídos em Tempo Escola e etapas à distância, denominadas Tempo Comunidade, onde os educandos colocam em prática, os conteúdos adquiridos na escola e assim sucessivamente.

– **Ensino Médio/Técnico**

Em relação ao Ensino Médio, vale ressaltar a parceria estratégica entre o INCRA, movimentos sociais, UNICAMP/FEAGRI e Colégio Técnico da UNICAMP (COTUCA), para o desenvolvimento do curso técnico em agroecologia, associado ao nível médio, direcionado a jovens e adultos, com duração de 3 anos. Essa parceria só foi possível com a inserção do COTUCA/UNICAMP, que conseguiu junto à Secretaria Estadual de Educação o reconhecimento do curso em suas 3 turmas, na categoria de classes descentralizadas, subordinadas à supervisão das delegacias de Ensino Regionais. A exemplo dos cursos superiores, esse curso é desenvolvido na modalidade de alternância, com os tempos divididos em Tempo Escola e Tempo Comunidade. O curso encerrou-se em 2010.

Em relação aos gastos, a maioria das despesas, concentram-se em: consumo (aquisição de material didático e pedagógico, material de expediente, combustível, manutenção de veículos); pagamento de pessoa jurídica (locação de espaço, hospedagem, alimentação e aquisição de livros); pagamento de diárias aos professores para acompanhamento do tempo comunidade;

despesa de locomoção (aquisição de passagens aéreas e/ou terrestre e locação de veículos).

A aplicação do recurso foi em cursos que já estavam iniciados antes de 2010 e que no exercício foi continuado. Não houve celebração de novos convênios, apesar da demanda existente, em função da determinação do Acórdão 2653 – TCU – Plenário, quanto à proibição de realização de convênios, dos projetos aprovados, que estão em condições de implantação, como em sua maioria são para realização de parcerias com instituições de ensino públicas do Estado, Municípios e Instituições privadas sem fins lucrativos, restando assim prejudicada o avanço da ação.

Os cursos de ensino médio e superior em vigência em 2010 são:

Cursos Pronera vigentes no Exercício 2010¹⁰

Instituição de Ensino	Curso/Projeto	Número de Alunos	Início	Término
UNICAMP	Técnico Agroecologia	134	Dez/06	Out/10
UNESP	Geografia	47	Dez/06	Dez/11
UFSCar	Pedagogia	41	Out/07	Jan/12
UFSCar	Agronomia com ênfase em agroecologia	56	Out/07	Jan/13
Total	05 cursos	278	-	-

Em relação a problemas, o maior refere-se à desistência de alguns alunos no decorrer dos períodos. Esse problema foi verificado em maior grau nos cursos de EJA e de Agroecologia. Em grande parte dos casos, trata-se de alunos que constituem força de trabalho nos lotes de seus pais, tendo dificuldades para ausentar-se durante parte do ano, mesmo adotando-se a metodologia da alternância. Observe-se, no entanto, que a média de desistência é menor nos cursos do PRONERA do que nos cursos regulares.

Outros problemas enfrentados referem-se à liberação, pelo INCRA, dos recursos orçamentários fora dos prazos previstos, afetando o cumprimento dos cronogramas inicialmente acordados. Prejuízos maiores quanto às atividades programadas não ocorreram graças à dedicação dos professores universitários, muitos dos quais não recebem remuneração pelo trabalho executado.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

¹⁰ Fonte: PRONERA/SP.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

Promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
40.000	30.586,60	28.305,36	92,54%	28.294,46	92,51%	28.294,46	92,51%

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

A ação de Gestão e Administração do Programa é utilizada para custear as despesas com os acompanhamentos da execução dos cursos, realização de eventos e para a produção e edição de publicações, visando à divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio.

Principais gastos são: pagamento de diárias, consumo (combustível e manutenção da frota); passagens aéreas, pagamento de pessoa física e pagamento de pessoa jurídica, realização de eventos e apoio à publicação de material didático/pedagógico.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹¹

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infraestrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	1427	4470	A	3	Família Assistida (um)	3.666	8.919	243,28%	16.156

Fonte: LOA 2010 e SIR

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
4.810.000	9.342.273,48	9.244.736,79	98,95%	3.828.223,57	40,98%	3.828.223,57	40,98%

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) é um novo paradigma de atividade implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos. Com essa união de experiências, espera-se que os assentamentos tornem-se unidades de produção estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Os serviços de ATES são um conjunto de técnicas e métodos constitutivos de um processo educativo, de naturezas solidárias, permanentes, públicas e gratuitas, com ênfase nos enfoques da agroecologia, cooperação e economia popular e solidária. Coordenados pelo INCRA, têm como parceiros instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como as organizações não-governamentais ligadas à reforma agrária.

As ações de assistência técnica em assentamentos são regidas pelo Programa de Assessoria Técnico, Social e Ambiental - ATES, criado em 2004 pelo INCRA/MDA, através da Norma de Execução/INCRA/SD/Nº. 39, de 30/04/2004, que no exercício de 2007 foi substituída pela Norma de Execução Nº. 60, de 07/05/2007, e no Estado de São Paulo, foi desenvolvida em parceria principalmente com a Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (FEPAF), entidade vinculada à UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, até o final do exercício de 2010.

Citamos algumas ações desenvolvidas parceria INCRA X FEPAF, a saber:

– Cooperativismo e Associativismo

Com o desenvolvimento das atividades de ATES no Estado, houve a necessidade de fomentar sistemas adequados de produção e comercialização dos produtos da reforma agrária, tanto na venda quanto na compra em comum. Assim, através das funções básicas do Programa de ATES, descritas no Espelho de Programas do PPA – Plano Plurianual 2008-2011 (Lei nº 11.653, de 07/04/2008), que são, dentre outras: “identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das metodologias apropriadas; definição do plano emergencial e auto-sustentação e, no decorrer do processo, construção de um modelo de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização

espacial, moradia e infra-estrutura, e assessoramento na elaboração de projetos de crédito e nos projetos de economia solidária e na formação de redes”, implementar o projeto de fomento ao cooperativismo e associativismo, como suporte às atividades de ATES no Estado de São Paulo. Os objetivos principais do Projeto Fomento ao Cooperativismo e Associativismo são:

- a) promover a revisão dos sistemas de produção rurais existentes e uma avaliação das suas possibilidades de melhoria, considerando uma projeção de horizonte de longo prazo;
- b) articular as dimensões técnicas, econômico-financeiras, sociais, ambientais e institucionais para que se alcance o desejado desenvolvimento sustentável para a comunidade de assentados;
- c) aumentar a renda das famílias e a valorização das especificidades regionais, respeitando as experiências, potencialidades e a diversidade socioeconômica e cultural de cada localidade;
- d) garantir a transferência de tecnologia de gestão econômica aos assentados, com o intuito de capacitá-los a administrar seus empreendimentos.

Várias ações tem sido executadas neste sentido, sendo a mais significativa a implementação da ATES via implantação dos técnicos de campo, fortalecendo o desenvolvimento das forças produtivas. Cabe ressaltar que este Projeto é um elo entre o Programa de ATES e a ação Terra Sol, que atua na parte final da produção/comercialização, já descritos no Programa 0137 – Desenvolvimento de Assentamentos, e que sem este projeto, entendemos ser impossível garantir que os assentados sejam plenamente independentes e integrados aos desígnios da Reforma Agrária no Estado.

Assim, o Projeto foi conceituado para atuação a nível estadual, na totalidade dos assentamentos no Estado, sejam eles federais ou estaduais, visto que entendemos que o cooperativismo não é separado por ente responsável por determinado assentamento ou região, e que é dever do Estado enquanto fomentador e regulador da Reforma Agrária, neste caso, tornar qualquer assentamento rural auto-sustentável, fazendo com que o investimento feito pela sociedade retorne muitas vezes multiplicado.

Até o final do contrato, na parceria INCRA/FEPAF, foi prestado apoio e assessoria para cerca, de 62 (Sessenta e duas) organizações dos assentados (cooperativas e associações) em todo o Estado de São Paulo, em ações de produção e comercialização.

Há também a manutenção de catorze Núcleos de Apoio localizados em locais estrategicamente escolhidos que possibilitem uma atuação direta do agente de ATES (equipes multidisciplinares) e o beneficiário da reforma agrária. Os Núcleos estão localizados e atendem da seguinte forma:

Núcleo de Apoio	Assentamentos
Unidade Avançada de Andradina	43
Araraquara	12

Bauru	3
Iaras	5
Itapeva ¹²	8
Mirante do Paranapanema	5
Presidente Epitácio	4
Promissão	11
Rancharia	6
Ribeirão Preto	2
Teodoro Sampaio	2
Vale do Paraíba (Taubaté)	6
Vale do Ribeira (Apiaí)	3
Eixo Anhanguera e Itapetininga	8
TOTAL	118

No ano de 2010, foi sancionada a Lei nº 12.188, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, regulamentada pelo Decreto nº 7215 e Portaria nº 35 MDA. Tais ações criaram no âmbito do INCRA, um fluxo operacional para seleção, contratação e implementação dos serviços de ATER.

Esta UJ através de processo licitatório contratou os serviços de ATER no final do exercício, que será operacionalizado no presente ano, atualmente existem 9.730 famílias assentadas em projetos de assentamentos federais e 6.426 em assentamentos estaduais, todas contempladas no novo instrumento, visando à execução dos serviços de ATER.

¹² O núcleo de Itapeva atende a 08 (oito) assentamentos estaduais.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
223.423	307.639,55	285.439,82	92,78%	255.439,82	83,03%	255.439,82	83,03%

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

As ações de **Gestão e Administração do Programa** dão suporte a outras atividades-meio da autarquia e que são necessárias à gestão e administração de programas como a implantação e instalação das famílias assentadas, garantindo as condições iniciais de sua subsistência, garantia da segurança alimentar e ao suprimento de suas necessidades básicas, através da aquisição de bens de consumo essenciais e indispensáveis à qualidade de vida. Os recursos inseridos no GAP visam atendimento às ações administrativas como, pagamento de diárias, passagens, publicações, suprimento de fundos que não estejam ligadas diretamente a cada uma das ações compreendidas no Programa e/ou àquelas que envolvam mais de uma ação.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Eva Maria de Sousa Sardinha

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹³

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada, Administração da Unidade, substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0750	2000	A	3	Não há	0	0	0	0

Fonte: LOA

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
1.950.000,00	2.576.355,48	2.561.688,80	99,43	1.928.037,50	74,83	1.924.464,88	74,69

Fonte: LOA 2010 e SIAFI

De acordo com o Regimento Interno, compete a Divisão Administrativa da UJ a execução das atividades da ação 2000, conforme transcrevemos:

- a) administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais;
- b) administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos;
- c) manter e controlar os serviços de telecomunicação;
- d) supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância;
- e) controlar a autorização para transporte de cargas;
- f) recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional;
- g) expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA;
- h) manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos;
- i) orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e
- j) outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Como avanço, nossas programações, nas aquisições diversas, efetuadas nesta UJ, destacando aquelas relacionadas com materiais de expediente, visto que as aquisições são realizadas através de Pregões Eletrônicos - Sistema de Registro de Preços, evitando assim a segregação de despesas com o mesmo objeto, trazendo um maior controle bem como a redução de custos.

Continuamos com problema referente à manutenção e conservação do imóvel, visto que o edifício sede do INCRA em São Paulo, tem mais de 30 anos de uso, necessário se faz reparos e obras, destacando a parte hidráulica entre outras, pois toda a tubulação existente é de ferro, precisa ser substituída por tubulação de PVC. No exercício de 2010, em caráter emergencial, conseguimos executar pequenos reparos nas tubulações sanitárias.

Como esta UJ é uma unidade executora, as transferências são efetuadas pela UO – Unidade Orçamentária - INCRA SEDE/Brasília, de acordo com o caderno de metas desta UJ, sendo que a execução física depende da descentralização dos recursos financeiros, que não ocorre de acordo com a programação orçamentária, em razão da vinculação com STN – Secretaria do Tesouro Nacional, fator este que no exercício de 2010 prejudicou nossa programação.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO

Fonte:

Esta UJ não é unidade orçamentária.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.¹⁴

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

¹⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.¹⁵

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
	Outras Operações							
Total								

¹⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.¹⁶

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total								

Fonte:

¹⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

					Valores em R\$ 1,00	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação 49201	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos	373001	00890181	5.755,73		
			01352272			169.330,78
			01358374			1.207.292,69
			01358384			71.523,03
			01358387			467.795,65
			01372272			771.779,64
			01372B06			419.674,50
			01374358			40.161,32
			01378398			38.000,00
			01382105			1.613.000,00
			01382272			105.877,10
			01384426			1.658.000,00
			01394572			75.650,12
			07502000			2.561.688,80
			11202109			64.989,22
			13361642			125.385,75
			13502272			44.192,24
			13508370			921.150,00
			14272272			388.046,64
			14274470			15.831.087,01
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação 49201	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 - Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
			01378396	7.125.942,34		
			01370427		33.536.588,90	
			01354460		1.343.410,54	
	Recebidos					
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Fonte:	SIAFI					

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços	556.400,30	82.864,60	556.400,30	82.864,60
Concorrência				
Pregão	15.527.026,96	14.767.850,38	15.527.026,96	14.767.850,38
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	19.725.775,82	10.227.271,31	19.725.775,82	10.227.271,31
Inexigibilidade	799.980,80	1.107.613,31	799.980,80	1.107.613,31
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	24.651,03	52.044,10	24.651,03	52.044,10
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	13.374,73	9.328,35	13.374,73	9.328,35
Diárias	691.180,84	887.507,03	691.180,84	887.507,03
Outros				
	43.793.686,22	42.368.517,01	43.793.686,22	42.368.517,01

Fonte: SIAFI

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	13.374,73	5.755,73	13.374,73	5.755,73	0,00	0,00	1.405,85	5.755,73
1º elemento de despesa - 319008	13.374,73	5.755,73	13.374,73	5.755,73	0,00	0,00	1.405,85	5.755,73
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	30.731.033,01	26.440.890,58	17.448.590,08	26.440.890,58	13.282.442,93	13.057.448,63	5.997.785,04	13.383.441,95
1º elemento de despesa - 339039	13.557.303,73	16.963.739,06	7.093.126,90	16.963.739,06	6.464.176,83	9.973.033,29	1.924.317,83	6.990.705,77
2º elemento de despesa – 335041	13.082.814,16	5.662.572,19	8.072.901,00	5.662.572,19	5.009.913,16	1.773.522,19	0,00	3.889.050,00
3º elemento de despesa – 339037	678.629,43	1.057.176,00	584.392,00	1.057.176,00	94.237,43	168.094,43	576.492,44	889.081,57
Demais elementos do grupo	3.742.660,42	2.757.403,33	1.698.170,18	2.757.403,33	1.714.115,51	1.142.798,72	3.496.974,77	1.614.604,61

Fonte: SIAFI

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	21.824.468,10	7.275.942,34	21.824.468,10	7.275.942,34	17.462.489,77	5.925.807,19	5.736.179,59	1.350.135,15
1º elemento de despesa - 449051	20.714.526,10	4.957.085,42	20.714.526,10	4.957.085,42	16.357.396,77	4.923.214,42	4.357.129,33	33.871,00
2º elemento de despesa - 449052	709.942,00	1.911.702,00	709.942,00	1.911.702,00	705.093,00	800.232,82	4.849,00	1.111.469,18
3º elemento de despesa – 449030	0,00	407.154,92	0,00	407.154,92	0,00	202.359,95	0,00	204.794,97
Demais elementos do grupo	400.000,00	0,00	400.000,00		1.105.093,00	0,00	1.374.201,26	0,00
5 – Inversões Financeiras	27.858.645,29	34.879.999,44	11.980.980,95	9.617.399,44	598.248,19	25.262.600,00	11.980.980,95	9.617.399,44
1º elemento de despesa - 459066	26.186.480,73	33.536.588,90	26.186.480,73	33.536.588,90	117.000,00	25.262.600,00	26.069.480,73	8.273.988,90
2º elemento de despesa - 459061	1.672.164,56	1.343.410,54	1.672.164,56	1.343.410,54	481.248,19	0,00	1.190.916,37	1.343.410,54
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

2.4.2.4. Análise Crítica

Destacamos que os valores registrados em restos a pagar, nos últimos três exercícios, prejudicam em muito qualquer planejamento orçamentário, visto que contribuem no contingenciamento financeiro. Fato este que a cada ano se agrava, conforme os quadros apresentados, dos valores empenhados, esta UJ efetivamente pagou apenas 35% (trinta e cinco por centos), ficando o restante dos pagamentos comprometidos no presente exercício. Sendo assim o impacto no orçamento não se traduz numa correlação direta com os números de extensão física dos programas em suas respectivas ações.

2.4.2.5. Indicadores Institucionais

Em razão dos quadros explicativos referentes aos indicadores institucionais apresentaremos através de planilha no item 22.

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas:					

Fonte:

3.2 Análise Crítica

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos no exercício.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

4.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009				
2008				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	31.343.180,89	394.960,93	17.722.879,90	13.225.340,06
2008				40.602,96
...				
Observações:				

Fonte: SIAFI

4.2. Análise Crítica

Destacamos que os valores registrados em restos a pagar, nos últimos três exercícios, prejudicam em muito qualquer planejamento orçamentário, visto que contribuem no contingenciamento financeiro. Fato este que a cada ano se agrava, conforme os quadros apresentados, dos valores empenhados, esta UJ efetivamente pagou apenas 35% (trinta e cinco por centos), ficando o restante dos pagamentos comprometidos no presente exercício. Sendo assim o impacto no orçamento não se traduz numa correlação direta com os números de extensão física dos programas em suas respectivas ações.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do quadro de servidores ativos

5.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	106	2	5
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	89	0	5
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	88	0	4
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	1
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	17	2	0
1.4.1 Cedidos	0	6	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	2	0
1.4.3 Licença remunerada	0	4	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	7	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	0	17	0	0
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	15	0	0
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	12	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2.2.4 Sem vínculo	0	2	0	0
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	2	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	2	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total	0	123	2	5

Fonte: Levantamento Administração Central e outros

5.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	7	24	45	26	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	6	21	36	23	3
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	1	3	9	3	1
2. Provimento de cargo em comissão	0	2	7	6	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	2	6	5	2
2.3. Funções gratificadas	0	0	1	1	0

Fonte: Levantamento Administração Central e outros

5.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	1	8	27	70	0	0	0	106
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	8	24	56	0	0	0	89
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	3	14	0	0	0	17
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	7	10	0	0	0	17
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	6	9	0	0	0	15
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
TOTAL	0	0	1	8	34	80	0	0	0	123
<u>LEGENDA</u> <u>Nível de Escolaridade</u> 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.										

Fonte: Levantamento Administração Central e outros

5.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	85	3
1.1 Voluntária	75	3
1.2 Compulsório	1	0
1.3 Invalidez Permanente	9	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	33	0
2.1 Voluntária	26	0
2.2 Compulsório	2	0
2.3 Invalidez Permanente	5	0
2.4 Outras	0	0

Fonte: Levantamento Administração Central e outros

5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	26	0
2. Proporcional	11	4
TOTAL	37	4

Fonte: Levantamento Administração Central e outros

5.3 Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	8	7	10	8	0,00
· Área Fim	4	3	3	4	0,00
· Área Meio	4	4	7	4	0,00
Nível Médio	6	7	8	8	0,00
· Área Fim	2	3	4	4	0,00
· Área Meio	4	4	4	4	0,00
TOTAL	14	14	18	16	R\$ 71.675,60

Fonte: Levantamento Administração Central e outros

5.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

5.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

5.4.2 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	R\$ 6.366.491,69		R\$ 554.629,75	R\$ 185.600,53	R\$392.259,47	R\$ 689.574,16	R\$ 1.370,77	8.189.926,37
2009	5.975.506,39		535.518,62	180.944,03	513.573,11	642.250,36	2.695,63	7.850.488,14
2010	6.080.004,51		565.971,99	192.509,36	708.412,23	927.544,00	0,00	8.474.442,09
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008								R\$ 0,00
2009								R\$0,00
2010								R\$0,00
Servidores com Contratos Temporários								
2008								
2009								
2010								
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008					45.316,99			45.316,99
2009					3.675,16			3.675,16
2010					1.409,99			1.409,99
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								

2008		392.116,65			74.673,71			466.790,36
2009		372.600,93			141.588,89			514.189,82
2010		344.249,54			196.437,69			540.687,23
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008		8.723,30			3.270,28			11.993,58
2009		10.230,42			14.609,99			24.840,41
2010		10.104,24			27.233,39			37.337,63

Fonte: Administração Central e Outros

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado.

ANO	VALOR
2008	R\$ 50.281,62
2009	R\$ 44.197,18
2010	R\$ 14.748,90

5.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

5.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA em São Paulo – SR(08)													
UG/Gestão: 383066/37201							CNPJ: 00.375.972/0010-51						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	11000/2009	08.933526/0001-36	02.02.2009	28.01.2012	2	2					P
2009	L	O	003/2009	08.279.353/0001-84	02.02.2009	28.01.2012	15	15				P	P
2010	V	O	80000/2010	67.803.726/0001-33	01.09.2010	31.08.2011			03	03			A
2008	V	O	00011/2008	67.803.726/0001-33	03.09.2008	03.09.2011			03	03			P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte:
Setor de
licitações

5.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA em São Paulo – SR(08)													
UG/Gestão: 383066/37201							CNPJ: 00.375.972/0010-51						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	2	O	003/2009	08.279.353/0001-84	02.02.2009	28.01.2012			2	2		P	P
2010	1	O	0020/2010	00.853.654/0001-68	01.09.2010	01.09.2011			20	20			A
2010	1	O	34000/2010	32.185.480/0001-07	18.10.2010	19.10.2011			05	05	01	01	A
Observação:													

Fonte:

5.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
003/2009	2	2	INCRA SP
0020/2010	1	20	INCRA SP
34000/2010	1	5	INCRA SP
<u>LEGENDA</u>			
Área:			
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;		6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;	
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;		7. Higiene e Limpeza;	
3. Serviços de Copa e Cozinha;		8. Vigilância Ostensiva;	
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;		9. Outras.	
5. Serviços de Brigada de Incêndio;			

5.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não se aplica nesta UJ, gerenciado pelo INCRA-SEDE.

6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA/SP									
CNPJ: 00.375.972/0010-51					UG/GESTÃO: 373066/37201				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício			
							Início	Fim	
1	725694	00435989000166	125.315,00	1.300,00	124.015,00	124.015,00	31.12.2009	30.12.2010	1
1	725207	05828509000140	97.500,00	0,00	97.500,00	97.500,00	31.12.2009	17.12.2010	1
1	725028	48664296000171	406.000,00	6.000,00	400.000,00	400.000,00	31.12.2009	31.12.2010	1
1	724545	04455745000104	619.734,00	9.870,00	300.000,00	300.000,00	31.12.2009	04.01.2011	1
1	724476	44229839000171	205.421,77	5.421,77	200.000,00	200.000,00	30.12.2009	30.12.2010	1
1	724453	46634291000170	102.000,00	2.000,00	50.000,00	50.000,00	04.01.2010	31.12.2010	1
1	724300	45663556000104	800.000,00	600.000,00	200.000,00	200.000,00	31.12.2009	30.10.2010	1
1	708287	04108463000122	500.000,00	0,00	250.000,00	500.000,00	01.04.2010	31.07.2010	1
1	705523	45511847000179	1.050.000,00	50.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	02.10.2009	30.11.2010	1

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 – Adimplente
- 2 – Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 – Concluído
- 5 – Excluído
- 6 – Rescindido
- 7 – Arquivado

Fonte:
SICONV

6.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA						
CNPJ: 00.375.972/0010-51				UG/GESTÃO: 373066/37201		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	12	7	1	1.990.969,53	2.038.346,46	1.871.515,00
Contrato de Repasse	0	0	0			
Termo de Parceria	0	0	0			
Termo de Cooperação	0	0	0			
Termo de Compromisso	0	0	0			
Totais	12	7	1	1.990.969,53	2.038.346,46	1.871.515,00

Fonte:

6.1.3. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA					
CNPJ: 00.375.972/0010-51			UG/GESTÃO: 373066/37201		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	2	197.500,00	147.500,00	50.000,00	75%
Contrato de Repasse	0				
Termo de Parceria	0				
Termo de Cooperação	0				
Termo de Compromisso	0				
Totais	1	197.500,00	147.500,00	50.000,00	75%

Fonte: SICONV

6.1.4. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA					
CNPJ: 00.375.972/0010-51			UG/GESTÃO: 373066/37201		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado		0	0
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	7	0
			Montante Repassado (R\$)	1.242.355,00	0
2009	Contas prestadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado (R\$)		0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		2	0
		Montante Repassado (R\$)		1.250.000,00	0
2008	Contas prestadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado (R\$)		0	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		3	
		Montante Repassado (R\$)		599.014,53	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade		0	
		Montante Repassado (R\$)		0	

Fonte: SICONV

Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA					
CNPJ: 00.375.972/0010-51			UG/GESTÃO: 373066/37201		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade			
		Montante repassado (R\$)			
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	7	
			Montante repassado (R\$)	1.242.355,00	
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		2	
		Montante repassado (R\$)		1.250.000,00	
2008	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		3	
		Montante repassado		599.014,53	
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		26	
		Montante repassado		21.712.851,17	

Fonte: SICONV/SIAFI

6.1.6 Análise Crítica

Conforme demonstrado nos quadros, a grande maioria dos convênios foram formalizados nos anos anteriores a 2008. O que gerou uma grande quantidade em estoque de convênios para ser feita a análise da prestação de contas. No exercício de 2010 houve uma grande redução do saldo de convênios em estoque, porém ainda resta um saldo de 26 (vinte e seis) convênios para análise. Em razão deste estoque os convênios formalizados no SICONV ficaram prejudicados na análise da prestação de contas a qual serão avaliadas no exercício de 2011.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Declaramos que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmadas estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Setor de Licitações

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Esta UJ cumpre com as obrigações estabelecidas em Lei.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			x		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			x		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		x			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			x		
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		x			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			x		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				x	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					x
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				x	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				x	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		x			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	x				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			x		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					x
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?					x
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			x		
<i>Considerações Gerais:</i>					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		Σ	Σ

Fonte:

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373066	7107 00576.500-7	15	4	8.022.403,79	09/11/2001		64.552,96	224.852,76
Total							64.552,96	224.852,76

Fonte: SIAFI

11.1.4 Análise crítica:

Continuamos com problema referente à manutenção e conservação do imóvel, visto que o edifício sede do INCRA em São Paulo, tem mais de 30 anos de uso, necessário se faz reparos e obras, destacando a parte hidráulica entre outras, pois toda a tubulação existente é de ferro, precisa ser substituída por tubulação de PVC. No exercício de 2010, em caráter emergencial, conseguimos executar pequenos reparos nas tubulações sanitárias.

Como esta UJ é uma unidade executora, as transferências são efetuadas pela UO – Unidade Orçamentária - INCRA SEDE/Brasília, de acordo com o caderno de metas desta UJ, sendo que a execução física depende da descentralização dos recursos financeiros, que não ocorre de acordo com a programação orçamentária, em razão da vinculação com STN – Secretaria do Tesouro Nacional, fator este que no exercício de 2010 prejudicou nossa programação.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.				x	
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				x	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	Informar quantitativos 05 (cinco)				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.				x	
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.				x	
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			x		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	x				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.			x		
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				x	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação 80%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				x	
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			x		
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					x
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

A informação esta contemplada no item 2.4.2.1 gastos com suprimentos de fundos.

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério do desenvolvimento Agrário					17125
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-011.974/2007-9	643/2010-Plenário	Item 9.5.1 e 9.5.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INCRA					
Descrição da Deliberação:					
Determinação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para que fizesse constar, nos termos de ajustes que fossem firmados com entes particulares, contemplando realização de assistência técnica e extensão rural, obrigações relacionadas às prestações de contas, estabelecendo, de forma expressa, que a documentação a ser apresentada deveria conter, dentre outros, os seguintes elementos: a) relatórios das visitas de assistência técnica realizadas, discriminando a quilometragem atribuída a cada visita; b) comprovantes de realização de cada visita, como guia de recomendações técnicas e/ou registros fotográficos, com a correspondente identificação do produtor assistido.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Ministério do desenvolvimento Agrário					17125
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC- 021.081/2009-4	2.508/2010 Plenário	Item 9.1.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
INCRA					
Descrição da Deliberação:					
Determina ao INCRA para que, em todos os convênios que firmar, inclua cláusula que indique, de forma clara e precisa, o modo pelo qual a execução do objeto será acompanhada, de modo a garantir a plena execução física do objeto, conforme determina expressamente o artigo 6 do decreto 6.170/2007.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Síntese da providência adotada:			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação:			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

O INCRA é fiscalizado por uma Auditoria Interna – AUD, ligada ao Conselho Diretor, em que uma de suas funções é elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas. No final de cada exercício, a AUD elabora um calendário de visitas (exames) às Superintendências Regionais, sendo que para o exercício de 2010 não houve visita à SR (08).

O presente Relatório de Gestão foi submetido à apreciação da Auditoria Interna do INCRA.

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

O aprimoramento do sistema corporativo SIR – Sistema de Informações Rurais- módulo Monitoramento, possibilitou um melhor acompanhamento das atividades executadas por esta UJ. Tal ferramenta a cada ano se torna peça fundamental na gestão de nossos Programas/Ações.

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	São Paulo - SP	Data	15.03.2011
Contador Responsável	Evans Coelho de Carvalho	CRC n°	1SP237178/O-0

19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

BALANÇO - FINANCEIRO

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)	
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26	USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08	
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)	TELA: 1
BALANCO - FINANCEIRO	CONF. COM RESTRICAO
EXERCICIO	
2010	
INGRESSOS	171.447.828,92
- RECEITAS CORRENTES	3.967.349,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.967.349,30
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	19.701.047,71
TRANSFERENCIAS ORCAMENTARIAS	16.570.847,71
SUB-REPASSE RECEBIDO	16.570.847,71
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	16.570.847,71
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.130.200,00
ORDEN DE TRANSFERENCIA RECEBIDA	3.130.200,00
TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	3.130.200,00
INGRESSOS EXTRA-ORCAMENTARIOS	147.779.431,91
VALORES EM CIRCULACAO	31.744.289,71
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	31.744.289,71
CONTINUA...	
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL	
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA	

SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)	
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26	USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08	
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO)	TELA: 2
BALANCO - FINANCEIRO	CONF. COM RESTRICAO
EXERCICIO	
2010	
INGRESSOS	171.447.828,92
- DEPOSITOS	32.059,72
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	32.059,72
OBRIGACOES EM CIRCULACAO	58.213.956,95
FORNECEDORES	52.088,42
DO EXERCICIO	2.088,42
DE EXERCICIOS ANTERIORES	0,00
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR	50.000,00
RESTOS A PAGAR	58.156.167,28
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	57.761.206,65
CANCELADO	394.960,63
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO	5.000,00
EM CONTRATOS	5.000,00
CONTINUA...	
PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL	
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA	

```
Terminal 3270 - A - AWWK643B
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda

__ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) __
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
BALANCO - FINANCEIRO CONF. COM RESTRICAO
EXERCICIO
2010
INGRESSOS
- VALORES EM TRANSITO 701,25
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES 57.789.125,53
INCORPORACAO DE DIREITOS 57.784.015,20
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER 57.784.015,20
DESINCORPORACAO DE OBRIGACOES 5.110,33
EXERCICIOS ANTERIORES 2.351,85
OUTRAS DESINCORPORACOES DE OBRIGACOES 2.758,48

CONTINUA...
PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MA + a 08/003
```

```
Terminal 3270 - A - AWWK643B
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ações Ajuda

__ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) __
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4
BALANCO - FINANCEIRO CONF. COM RESTRICAO
EXERCICIO
2010
DISPENDIOS
- DISPENDIOS 171.447.828,92
DESPESAS CORRENTES 26.450.218,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 9.328,35
OUTRAS DESPESAS CORRENTES 26.292.155,12
TRANSFERENCIAS A ESTADOS E MUNICIPIOS 301.500,00
OUTRAS DESPESAS 25.990.655,12
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO 148.735,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES 148.735,46
DESPESAS DE CAPITAL 42.155.941,78
INVESTIMENTOS 7.275.942,34
INVERSOES FINANCEIRAS 34.879.999,44
TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS 7.788.760,30
TRANSFERENCIAS EXTRA-ORCAMENTARIAS 7.788.760,30

CONTINUA...
PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MA + a 08/003
```

```
Terminal 3270 - A - AWVK643B
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ajuda

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373086/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 5
BALANCO - FINANCEIRO CONF. COM RESTRICAO
EXERCICIO
2010
DISPENDIOS
- ORDEM DE TRANSFERENCIA CONCEDIDA 3.821.411,00
DEVOLUCAO DE TRANSFERENCIAS RECEBIDAS 3.821.411,00
TRANSFERENCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS 3.967.349,30
DISPENDIOS EXTRA-ORCAMENTARIOS 95.052.907,91
VALORES EM CIRCULACAO 57.853.814,52
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER 57.853.814,52
DEPOSITOS 0,70
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS 0,70
OBRIGACOES EM CIRCULACAO 31.744.301,81
FORNECEDORES 2.351,85
DE EXERCICIOS ANTERIORES 2.351,85
RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRICAO 31.736.948,71
OPERACOES DE CREDITOS EM LIQUIDACAO 5.000,00
CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MA + a 08/003
```

```
Terminal 3270 - A - AWVK643B
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ajuda

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373086/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 6
BALANCO - FINANCEIRO CONF. COM RESTRICAO
EXERCICIO
2010
DISPENDIOS
- EM CONTRATOS 5.000,00
VALORES EM TRANSITO 1,25
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGACOES 5.454.790,88
BAIXA DE DIREITOS 5.454.790,88
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER 5.454.790,88

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MA + a 08/003
```

BALANÇO - PATRIMONIAL

Terminal 3270 - A - AWVK6438		
Arquivo Editor Exibir Comunicação Ajuda		
___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO		
		EXERCICIO
		2010
ATIVO		1.185.168.875,83
- ATIVO		
ATIVO FINANCEIRO		57.853.814,52
CREDITOS EM CIRCULACAO		57.853.814,52
LINITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO		69.799,32
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP		57.784.015,20
ATIVO NAO FINANCEIRO		953.538.205,58
REALIZAVEL A CURTO PRAZO		65.926.484,28
CREDITOS EM CIRCULACAO		54.140.872,80-
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC		57.784.015,20-
DIVERSOS RESPONSAVEIS		2.772,87
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS		3.640.369,53
BENS E VALORES EM CIRCULACAO		120.067.357,08
ESTOQUES		56.783,27
		CONTINUA...
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL		
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA		
MB + a		08/003

Terminal 3270 - A - AWVK6438		
Arquivo Editor Exibir Comunicação Ajuda		
___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO		
		EXERCICIO
		2010
ATIVO		120.010.573,81
- ATIVO		
TITULOS E VALORES		825.044.587,08
REALIZAVEL A LONGO PRAZO		360,10
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		360,10
DEPOSITOS COMPULSORIOS		825.044.206,98
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO		168.374.809,60
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS		656.669.397,38
CREDITOS A RECEBER		62.567.154,22
PERMANENTE		82.563.801,33
IMOBILIZADO		82.600.987,59
BENS MOVEIS E IMOVEIS		37.166,26-
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES		3.352,89
INTANGIVEL		1.011.392.020,10
ATIVO REAL		CONTINUA...
PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL		
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA		
MB + a		08/003

Terminal 3270 - A - AWWK643B			
Arquivo Editor Exibir Comunicação Ajuda			
SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS UG/GESTAO: 373086/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCR/SR-08 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO EXERCICIO			
2010			
- ATIVO COMPENSADO 173.776.855,73			
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS 173.776.855,73			
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B 1.500,00			
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS 168.309.885,66			
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS 5.465.470,07			
OUTRAS COMPENSACOES 0,00			
CONTINUA...			
PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL			
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA			
MB + a 08/003			
Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e à porta 23000			
Iniciar PT Painel de controle - H... Terminal 3270 - A - A... Microsoft Excel - Pasta... Arquivos R0 2010 Modelo do Relatório d... RELATORIO GESTÃO...			
Terminal 3270 - A - AWWK643B			
Arquivo Editor Exibir Comunicação Ajuda			
SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS UG/GESTAO: 373086/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCR/SR-08 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4 BALANCO - PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO EXERCICIO			
2010			
- PASSIVO 1.185.168.875,83			
PASSIVO FINANCEIRO 57.851.058,04			
DEPOSITOS 32.059,72			
RECURSOS DO TESOURO NACIONAL 32.059,72			
DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS 0,00			
OBRIGACOES EM CIRCULACAO 57.818.998,32			
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS 52.088,42			
FORNECEDORES - DO EXERCICIO 2.088,42			
FORNECEDORES - DE EXERC.ANTERIORES 0,00			
TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR 50.000,00			
RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS 57.761.206,65			
A LIQUIDAR 57.761.206,65			
CREDORES DIVERSOS 5.000,00			
CONTINUA...			
PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL			
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA			
MB + a 08/003			
Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e à porta 23000			
Iniciar PT Painel de controle - H... Terminal 3270 - A - A... Microsoft Excel - Pasta... Arquivos R0 2010 Modelo do Relatório d... RELATORIO GESTÃO...			

```
Terminal 3270 - A - AWWK643B
Arquivo Editor Exibir Comunicação Ajuda

--- SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) ---
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373086/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCR/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 5
BALANCO - PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO
EXERCICIO
2010
PASSIVO
VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS 701,25
- PASSIVO NAO FINANCEIRO 57.761.206,65-
OBRIGACOES EM CIRCULACAO 57.761.206,65-
RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID 57.761.206,65-
PASSIVO REAL 89.849,39
PATRIMONIO LIQUIDO 1.011.392.179,71
PATRIMONIO/CAPITAL 944.800.201,69
PATRIMONIO 944.800.201,69
RESERVAS 2.214,56
RESULTADO DO PERIODO 66.499.754,46
SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA 1.011.392.020,10
SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA 944.892.265,64-
PASSIVO COMPENSADO 173.776.855,73
CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MA + a 08/003

Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e à porta 23000

Iniciar PT Painel de controle - H... Terminal 3270 - A - A... Microsoft Excel - Pasta... Arquivos RIG 2010 Modelo do Relatório d... RELATORIO GESTÃO... 17:26

Terminal 3270 - A - AWWK643B
Arquivo Editor Exibir Comunicação Ajuda

--- SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) ---
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373086/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCR/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 6
BALANCO - PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO
EXERCICIO
2010
PASSIVO
COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS 173.776.855,73
- VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA 1.500,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS 168.309.885,66
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS 5.465.470,07
COMPENSACOES DIVERSAS 0,00

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MA + a 08/003

Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e à porta 23000

Iniciar PT Painel de controle - H... Terminal 3270 - A - A... Microsoft Excel - Pasta... Arquivos RIG 2010 Modelo do Relatório d... RELATORIO GESTÃO... 17:26
```

BALANÇO - VARIAÇÃO PATRIMONIAL

Terminal 3270 - A - AWVK6438		
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ajuda		
___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___ POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1 BALANCO - VARIAÇÃO PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO		
		EXERCICIO
VARIACOES ATIVAS		2010
- VARIACOES ATIVAS		226.397.220,75
ORCAMENTARIAS		75.968.373,44
RECEITAS CORRENTES		3.967.349,30
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		3.967.349,30
INTERFERENCIAS ATIVAS		16.570.847,71
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		16.570.847,71
SUB-REPASSE RECEBIDO		16.570.847,71
MUTACOES ATIVAS		55.430.176,43
INCORPORACOES DE ATIVOS		11.215.527,06
AQUISICOES DE BENS		2.841.744,96
INCORPORACAO DE CREDITOS		8.373.783,00
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		44.214.648,47
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO		150.428.847,31
		CONTINUA...
PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL		
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA		
MB + a		08/003
Conectado ao servidor host 161.148.40.200 e à porta 23000		
Iniciar PT Painel de controle - H... Terminal 3270 - A - A... Microsoft Excel - Pasta1 Arquivos PG 2010 Modelo do Relatório d... RELATORIO GESTÃO ... 17:27		

Terminal 3270 - A - AWVK6438		
Arquivo Editar Exibir Comunicação Ajuda		
___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)___ POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08 MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2 BALANCO - VARIAÇÃO PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO		
		EXERCICIO
VARIACOES ATIVAS		2010
- INTERFERENCIAS ATIVAS		51.513.147,01
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS		48.382.947,01
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		3.130.200,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		98.915.700,30
INCORPORACOES DE ATIVOS		98.515.629,34
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS		6.374.377,51
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS		186.000,00
INCORPORACAO DE DIREITOS		91.955.251,83
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		400.070,96
DEFICIT		0,00
		CONTINUA...
PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL		
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA		
MB + a		08/003
Conectado ao servidor host 161.148.40.200 e à porta 23000		
Iniciar PT Painel de controle - H... Terminal 3270 - A - A... Microsoft Excel - Pasta1 Arquivos PG 2010 Modelo do Relatório d... RELATORIO GESTÃO ... 17:27		

Terminal 3270 - A - AWWK6438

Arquivo Editar Exibir Comunicação Ajuda

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____

POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS

UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCR/SR-08

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

VARIACOES PASSIVAS		EXERCICIO
		2010
- VARIACOES PASSIVAS		226.397.220,75
ORCAMENTARIAS		68.656.954,81
DESPESAS CORRENTES		26.450.218,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		9.328,35
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		26.292.155,12
DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO		148.735,46
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		148.735,46
DESPESAS DE CAPITAL		42.155.941,78
INVESTIMENTOS		7.275.942,34
INVERSOES FINANCEIRAS		34.879.999,44
MUTACOES PASSIVAS		50.794,10
DESINCORPORACOES DE ATIVOS		50.794,10
LIQUIDACAO DE CREDITOS		50.794,10
		CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

08/003

Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e à porta 23000

161.148.40.200:23000

Terminal 3270 - A - AWWK6438

Arquivo Editar Exibir Comunicação Ajuda

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) _____

POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS

UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCR/SR-08

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 4

BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO

VARIACOES PASSIVAS		EXERCICIO
		2010
- RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO		91.240.511,48
INTERFERENCIAS PASSIVAS		7.788.760,30
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		3.821.411,00
MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO		3.967.349,30
DECRESCIMOS PATRIMONIAIS		83.451.751,18
DESINCORPORACOES DE ATIVOS		85.183.544,30
BAIXA DE BENS IMOVEIS		1.390.235,24
BAIXA DE BENS MOVEIS		516.971,76
BAIXA DE DIREITOS		63.276.337,30
AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS		37.168,26
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		37.168,26
INCORPORACAO DE PASSIVOS		18.190.390,53
AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES		40.650,09
		CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

08/003

Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e à porta 23000

161.148.40.200:23000

```
Terminal 3270 - A - AWWK643B
Arquivo Editor Exibir Comunicação Ações Ajuda

--- SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) ---
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 5
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL CONF. COM RESTRICAO
EXERCICIO
VARIACOES PASSIVAS 2010
- AJUSTES NAO FINANCEIROS 40.650,09
RESULTADO PATRIMONIAL 66.499.754,46
SUPERAVIT 66.499.754,46

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MA + a 08/003

Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e à porta 23000
Iniciar PT. Painel de controle - H... Terminal 3270 - A - A... Microsoft Excel - Pasta1 Arquivos R15 2010 Modelo do Relatório d... RELATORIO GESTÃO...
```

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Terminal 3270 - A - AWWK6438

Arquivo Editor Exibir Comunicação Ajuda

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) ___

DADOS REFERENTES A : 02Fe2011 as 02:26 USUARIO : EVANS

MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 01

UNIDADE GESTORA : 373066 SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRRA/SR-08

GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA

BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. COM RESTRICAO

R E C E I T A S	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA
MOVIMENTACAO FINANCEIRA		
SUB-REPASSE	68.794.066,30	68.794.066,30
TOTAL	68.794.066,30	68.794.066,30
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00
TOTAL GERAL	68.794.066,30	68.794.066,30

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL PF8=REST.

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

ME + a 09/003

Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e a porta 23000

161.148.40.200:23000

Terminal 3270 - A - AWWK6438

Arquivo Editor Exibir Comunicação Ajuda

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) ___

DADOS REFERENTES A : 02Fe2011 as 02:26 USUARIO : EVANS

MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 02

UNIDADE GESTORA : 373066 SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRRA/SR-08

GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA

BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. COM RESTRICAO

D E S P E S A S	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENTARES	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00
SUBTOTAL I	0,00	0,00
MOVIMENTACAO DE CREDITO		
CREDITO INICIAL/SUPLEMENTAR	0,00	68.794.066,30
DESPESAS CORRENTES	0,00	26.573.510,02

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL PF8=REST.

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

ME + a 09/003

Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e a porta 23000

161.148.40.200:23000

Terminal 3270 - A - AWWK6438

Arquivo Editor Exibir Comunicação Ações Ajuda

— SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANÇO DA UG) —

DADOS REFERENTES A : 02Fe2011 às 02:26 USUARIO : EVANS

MES DE REFERENCIA : DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) PAGINA : 03

UNIDADE GESTORA : 373066 SUPERINTEND. ESTADUAL DE SÃO PAULO-INCRA/SR-08

GESTAO : 37201 - INSTITUTO NAC. DE COLONIZACAO E REF. AGRARIA

BALANCO : ORCAMENTARIO CONF. COM RESTRICAO

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
— PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	9.328,35
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	26.564.181,67
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	42.220.556,28
INVESTIMENTOS	0,00	7.282.745,74
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	34.937.810,54
SUBTOTAL II	0,00	68.794.066,30
TOTAL	0,00	68.794.066,30
TOTAL GERAL	0,00	68.794.066,30

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL PF8=REST.
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MA + a 09/003

Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e à porta 23000

161.148.40.200:23000

Iniciar PT Painel de controle - H... Terminal 3270 - A - A... Microsoft Excel - Pasta1 Arquivos R15 2010 Modelo do Relatório d... RELATORIO GESTÃO...

17:31

BALANÇO - DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES

```

Terminal 3270 - A - AWWK6438
Arquivo  Editor  Exibir  Comunicação  Ajuda

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26          USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)        ANO (ENCERRADO)          TELA: 1
BALANCO - DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES          CONF. COM RESTRICAO
EXERCICIO
COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS 2010
- COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS          0,00
  CREDITOS EM CIRCULACAO          57.853.814,52-
  CREDITOS A RECEBER          57.853.814,52-
  RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER          57.853.814,52-
    LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT          69.799,32-
  RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP          57.784.015,20-
  DEPOSITOS          32.059,72
  RECURSOS DO TESOURO NACIONAL          32.059,72
  DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS          0,00
  OBRIGACOES EM CIRCULACAO          57.818.996,32
  OBRIGACOES A PAGAR          57.813.295,07
  FORNECEDORES          52.088,42
  DO EXERCICIO          2.088,42
CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MB + a 08/003
Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e a porta 23000

```

```

Terminal 3270 - A - AWWK6438
Arquivo  Editor  Exibir  Comunicação  Ajuda

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26          USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)        ANO (ENCERRADO)          TELA: 2
BALANCO - DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES          CONF. COM RESTRICAO
EXERCICIO
COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS 2010
- DE EXERCICIOS ANTERIORES          0,00
  TRANSFERENCIAS VOLUNTARIAS A PAGAR          50.000,00
  RESTOS A PAGAR          57.761.206,65
  NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR          57.761.206,65
  CREDITORES DIVERSOS          5.000,00
  OUTROS CREDITORES          5.000,00
  VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS          701,25
  SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO          701,25
  SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO          2.758,48
  DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS          57.781.256,72-
  DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR          57.784.015,20
  LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO          57.784.015,20

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MB + a 08/003
Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e a porta 23000

```

BALANÇO - DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS

```

Terminal 3270 - A - AWWK6438
Arquivo  Editor  Exibir  Comunicação  Ajuda

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26          USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)        ANO (ENCERRADO)          TELA: 1
BALANCO - DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS          CONF. COM RESTRICAO
                                                    EXERCICIO
                DISPONIBILIDADE POR FR                2010
-  DISPONIBILIDADE POR FR                31.280.763,21-
  DISPONIBILIDADE POR FR (SALDO INICIAL)  31.280.763,21-
  INGRESSOS                39.817.319,72
    INGRESSOS EXERCICIO ANTERIOR          23.246.472,01
      ORDEM TRANSFERENCIA RECEBIDA        3.130.200,00
      CANCELAMENTO DE RP NAO PROCESSADO    394.960,63
      CANCELAMENTO DE RP PROCESSADO        2.351,85
      RECURSO DE LIMITE DE RP RECEBIDO     19.718.959,53
    INGRESSOS EXERCICIO ATUAL            16.570.847,71
      SUBREPASSE RECEBIDO                 16.570.847,71
  DISPENDIOS                72.427.571,71-
    DISPENDIOS EXERCICIO ANTERIOR          3.821.411,00-
    ORDEM TRANSFERENCIAS CONCEDIDA         3.821.411,00-
                                                    CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MB + a                                08/003
Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e a porta 23000

```

```

Terminal 3270 - A - AWWK6438
Arquivo  Editor  Exibir  Comunicação  Ajuda

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26          USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)        ANO (ENCERRADO)          TELA: 2
BALANCO - DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS          CONF. COM RESTRICAO
                                                    EXERCICIO
                DISPONIBILIDADE POR FR                2010
-  DISPENDIOS EXERCICIO ATUAL            68.606.160,71-
  DESPESA EMPENHADA LIQUIDADA            68.606.160,71-
  OUTROS INGRESSOS/DISPENDIOS             6.109.758,48
  DISPONIBILIDADE POR FR                57.781.256,72-
  DISPONIBILIDADE POR FR (SDO FINAL)      57.781.256,72-

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MB + a                                08/003
Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e a porta 23000

```

BALANÇO - VARIAÇÃO PATRIMONIAL P/ NATUREZA

Terminal 3270 - A - AWWK6438

Arquivo Editor Exibir Comunicação Ajuda

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) ___

POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS

UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 1

BALANCO - VARIAÇÃO PATRIMONIAL P/ NATUREZA CONF. COM RESTRICAO

EXERCICIO

2010

RECEITAS ORCAMENTARIAS	
- RECEITAS CORRENTES	3.967.349,30
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	3.967.349,30
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	3.967.349,30
DESPESAS ORCAMENTARIAS	
DESPESAS CORRENTES	26.450.218,93
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.328,35
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.440.890,58
DESPESAS DE CAPITAL	42.155.941,78
INVESTIMENTOS	7.275.942,34
INVERSOES FINANCEIRAS	34.879.999,44
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	68.606.160,71
RESULTADO ORCAMENTARIO	64.638.811,41-

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL

PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

09/003

Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e a porta 23000

161.148.40.200:23000

Terminal 3270 - A - AWWK6438

Arquivo Editor Exibir Comunicação Ajuda

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) ___

POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS

UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08

MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 2

BALANCO - VARIAÇÃO PATRIMONIAL P/ NATUREZA CONF. COM RESTRICAO

EXERCICIO

2010

INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	16.570.847,71
- TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	16.570.847,71
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	55.430.176,43
INCORPORACAO DE ATIVOS	11.215.527,96
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	44.214.648,47
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	50.794,10
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	50.794,10
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	7.311.418,63
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	7.311.418,63
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	51.513.147,01
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	48.382.947,01
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	3.130.200,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	98.915.700,30

CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL

PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

08/003

Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e a porta 23000

161.148.40.200:23000

```
Terminal 3270 - A - AWWK643B
Arquivo Editor Exibir Comunicação Ações Ajuda

--- SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) ---
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA CONF. COM RESTRICAO
EXERCICIO
2010
- INCORPORACAO DE ATIVOS 98.515.629,34
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS 400.070,96
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS 7.788.760,30
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS 3.821.411,00
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS 3.987.349,30
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS 83.451.751,18
DESINCORPORACAO DE ATIVOS 65.183.544,30
INCORPORACAO DE PASSIVOS 18.190.390,53
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS 77.818,35
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT 66.499.754,46

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MA + a 08/003

Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e à porta 23000
Iniciar PT Painel de controle - H... Terminal 3270 - A - A... Microsoft Excel - Pasta1 Arquivos R15 2010 Modelo do Relatório d... RELATORIO GESTÃO...
```

BALANÇO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO

```
Terminal 3270 - A - AWWK6438
Arquivo Editor Exibir Comunicação Ajuda

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26          USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)        ANO (ENCERRADO)          TELA: 1
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO      CONF. COM RESTRICAO
                                                           EXERCICIO
                                                           2010

RECEITAS ORCAMENTARIAS
- RECEITAS CORRENTES                                3.967.349,30
  RECEITAS NAO TRIBUTARIAS                          3.967.349,30
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS                    3.967.349,30
DESPESAS ORCAMENTARIAS
PREVIDENCIA SOCIAL                                5.755,73
ORGANIZACAO AGRARIA                              24.382.183,89
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS                68.606.160,71
RESULTADO ORCAMENTARIO                             64.838.811,41-
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS                16.570.847,71
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS              16.570.847,71
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS                      55.430.176,43
INCORPORACAO DE ATIVOS                            11.215.527,96
                                                           CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

ME + a 09/003

Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e a porta 23000
```

```
Terminal 3270 - A - AWWK6438
Arquivo Editor Exibir Comunicação Ajuda

___ SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG)
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26          USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND.ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRA/SR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO)        ANO (ENCERRADO)          TELA: 2
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO      CONF. COM RESTRICAO
                                                           EXERCICIO
                                                           2010

- DESINCORPORACAO DE PASSIVOS                        44.214.648,47
  (-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS                50.794,10
    DESINCORPORACAO DE ATIVOS                        50.794,10
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES          7.311.418,63
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS          7.311.418,63
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS           51.513.147,01
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS           48.382.947,01
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS                 3.130.200,00
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS         98.915.700,30
INCORPORACAO DE ATIVOS                              98.515.629,34
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS                          400.070,96
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS         7.788.760,30
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS                3.821.411,00
                                                           CONTINUA...

PF1=AJUDA PF3=SAI P4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF8=AVANCA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

ME + a 08/003

Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e a porta 23000
```

```
Terminal 3270 - A - AWWK643B
Arquivo Editor Exibir Comunicação Ações Ajuda

--- SIAFI2010-CONTABIL-DEMONSTRA-CONBALANUG (CONSULTA BALANCO DA UG) ---
POSICAO ATE: 02Fev2011 AS 02:26 USUARIO : EVANS
UG/GESTAO: 373066/37201 - SUPERINTEND. ESTADUAL DE SAO PAULO-INCRASR-08
MES DE REF.: DEZEMBRO (FECHADO) ANO (ENCERRADO) TELA: 3
BALANCO - VARIACAO PATRIMONIAL P/ NATUREZA E FUNCAO CONF. COM RESTRICAO
EXERCICIO
2010
- OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS 3.967.349,30
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS 83.451.751,18
DESINCORPORACAO DE ATIVOS 65.183.544,30
INCORPORACAO DE PASSIVOS 18.190.390,53
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS 77.816,35
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT 66.499.754,46

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=CONGERAREL PF5=BALANCETE PF6=REST.CONTABIL
PF7=RECUA PF9=RAZAO CONTABIL PF11=DIREITA PF12=RETORNA

MA + a 08/003

Conectado ao servidor/host 161.148.40.200 e à porta 23000
161.148.40.200:23000
```

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/INCRA/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;

No exercício de 2010 não foram encontradas irregularidades nos documentos cartoriais ou na cadeia dominial dos imóveis analisados nos Processos de Fiscalização Cadastral.

b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;

Não foram adotadas medidas administrativas e judiciais previstas porque não foram constatadas irregularidades nos Processos de Fiscalização Cadastral.

c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;

Não há, conforme respostas anteriores.

d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo INCRA, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;

Não há, conforme respostas anteriores.

e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

Não há, conforme respostas anteriores.

21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

A demora no pagamento dos compromissos contratuais desta UJ gerou desgaste junto aos fornecedores, criando dificuldades nas novas contratações em razão do grande volume registrados em restos a pagar.

Quanto às ações de mitigação foge a governabilidade da UJ, por se tratar de unidade executora, e tais pendências ficam a cargo da UO/MDA, para a gestão junto a STN.

22. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação (ha) multiplicado por 100.	☐ Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. ☐ Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	88,6%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada [1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. ☐ Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	30,05%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício [2], no nível de agregação) multiplicado por 100	☐ Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. ☐ Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	-----

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	☐ Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR.	R\$ 809,83
							☐ Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício ^[5] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	☐ Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	2.300%
							☐ Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ^[6] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	☐ Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do IBAMA e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	3,48%
							☐ Quantidade total de PA(s) federais – SIPRA.	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ☐ Quantidade total de famílias assentadas no exercício – SIPRA.	76,59%
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR ☐ Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – SIPRA.	63,48%
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. ☐ Número total de famílias assentadas no exercício – SIPRA.	57,97%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ☐ Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema SIPRA.	38%
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	997

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema SIPRA.	109,09%
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	-----
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência /Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR.· · · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	2,18%
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias INCRA n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	☐ Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema SIPRA e definição das Portarias INCRA n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos [16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema SIPRA e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – SIPRA.	0%

indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	☐ quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	93,39%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funçãoário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	☐ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	7,19
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/ Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício) multiplicado por 100.	☐ SIAFI e SICONV	31,50%
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	0%

[1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

22.1 Comentários aos resultados dos indicadores

22.1.1. Ordenamento da Estrutura Fundiária

a) Índice de Cadastramento de imóveis Rurais

Superintendência Regional do INCRA	Superfície Territorial IBGE (em ha)	Total de imóveis rurais cadastrados no SNCR - em 07/02/2011	Total de área cadastrada no SNCR (em ha) - em 07/02/2011	Indicador TCU (área cadastrada no SNCR/área Territorial)x100
SR 08 - São Paulo	24.820.944,20	434.062	21.998.339	88,6%

O Índice de Cadastramento de Imóveis Rurais atingiu 88,6%, obtido pela superfície (ha) ocupada por imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR dividido pela superfície total da área abrangida pela jurisdição do INCRA. Em 2009, o mesmo índice foi de 88,3%, apresentando uma variação percentual no total de área cadastrada de 0,4%.

O total de imóveis rurais cadastrados no SNCR foi de 434.062, apresentando uma variação percentual de 1,8% em relação ao ano de 2009 que teve um total de 426.447 imóveis rurais cadastrados.

b) Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis

Número de processos com análise de certificação finalizada	Número de processos de certificação protocolados	Percentual
		%
904	3008	30,05%

Com o advento da Lei 10.267, de 28 de agosto de 2001, foram criados mecanismos de controle e cadastro nos serviços de registro de imóveis rurais. Em especial, os serviços de registro de imóveis sofreram alterações, incluindo o georreferenciamento e o cadastramento no Sistema Nacional de Cadastro Rural como elementos fundamentais de referência no registro desses imóveis. Assim, o gerenciamento da estrutura fundiária existente, a perfeita delimitação e identificação das dimensões, da disposição física e localização dos imóveis passa a contar com níveis cada vez melhores de precisão e clareza nas referências utilizadas.

Assim, assegurar a qualidade e a conformidade técnica nos serviços de cadastramento de imóveis rurais tem sido uma meta social e institucional, principalmente agora, em que esta nova legislação possibilita compor uma base única de informações a ser compartilhadas por instituições públicas produtoras e usuárias de informações sobre o meio rural do país.

A Superintendência Regional de São Paulo, visando atender às exigências do Decreto 4449/02 que regulamentou a Lei nº 10.267/01, em seu artigo 8º, relativo aos custos financeiros de que tratam o §3º do Artigo 176 e o §3º do Artigo 225 da Lei nº 6.015/73 elaborou um Programa para o georreferenciamento e a certificação de imóveis dos proprietários rurais do Estado de São Paulo. No exercício de 2010 foram certificados 904 no total 451.779,1022 ha imóveis rurais dos 3008 protocolados com somatória de 1500.992,00 ha, sendo possível atender a 30,09% da demanda de serviços.

c) Índice de regularização fundiária

Número de imóveis regularizados e titulados	Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado	Percentual
		%
-	10	-

Os processos de regularização fundiária, no exercício de 2010, ficaram restrito a uma pequena parte do Núcleo Colonial Monção, área pública que o INCRA tenta recuperar através de Ação Reivindicatória. O Instituto foi imitado na posse de uma área de aproximadamente 8.000 hectares, referente à antiga Fazenda Capivara de propriedade da União. A maior parte desta área está hoje ocupada pelo PA. Zumbi dos Palmares, apenas uma pequena parte era ocupada por pequenos agricultores familiares, cujos processos de Legitimação de posse encontram-se em andamento.

22.1.2 Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento

a) Índice de gastos com Obtenção de Terras

Liquidado	Realizado	Custo de Obtenção por ha
R\$	Hectare	R\$
1.343.410,54	1.658,88	R\$ 809,83/ha

A obtenção de terras destinada à reforma agrária se dá de três formas: desapropriação (áreas que não cumprem os índices de produtividade), aquisição (operação de compra disciplinada pelo decreto 433/92 a alterações posteriores) e não-onerosa (na prática, terras públicas). Para as duas primeiras modalidades se faz necessário a indenização do proprietário referente ao valor de mercado do imóvel, sendo as benfeitorias pagas em moeda corrente e a terra nua em Títulos da Dívida Agrária (TDA), conforme legislação correlata.

Apesar da SR(08) ter, na ação 4460, obtido 3 (três) imóveis no exercício de 2010, o valor de **R\$ 1.343.410,54** da execução orçamentário-financeira refere-se ao pagamento das benfeitorias mais sobras de TDAs de apenas 2 (dois) imóveis. Para o outro imóvel foram descentralizadas as TDAs referentes à indenização de terra nua, porém não foi liberado o valor referente às benfeitorias, sendo assim, não se computou como realizado na execução orçamentário-financeira.

IMÓVEIS OBTIDOS EM 2010 - AÇÃO 4460

PROC. 54190.00	IMÓVEL	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)	VALOR INDENIZADO (R\$) - TDAs	VALOR INDENIZADO (R\$) - benfeitorias	SOBRAS DE TDAs (R\$)	TOTAL GASTO EM MOEDA CORRENTE (benfeitorias + sobras de TDAs)	PREÇO POR HECTÁRE
0610/02-12-SP	FAZ. SÃO RAFAEL/BOM RETIRO	PEREIRA BARRETO	1.174,88	8.172.403,20	971.346,46	86,20	971.432,66	826,84
0794/06-44-SP	FAZ. MOINHO	GUARAÇAI	484,00	3.105.940,96	371.949,99	27,89	371.977,88	768,55
TOTAL			1.658,88	11.278.344,16	1.343.296,45	114,09	<u>1.343.410,54</u>	<u>809,83</u>

**IMÓVEL COM TDAs EMITIDAS PORÉM, SEM DESCENTRALIZAÇÃO DO VALOR REFERENTE ÀS
BENFEITORIAS**

3419/06-56-SP	FAZ. AGROCENTRO	AGUDOS	1.524,60	10.942.543,83	1.537.239,47	155,96	1.537.395,43	
TOTAL - 2010			3.183,48	22.220.887,99	2.880.535,92	270,05	2.880.805,97	

b) Índice de protocolos de licença ambiental para os projetos de assentamento

Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada	Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida	Percentual
		%
23	1	2.300%

No exercício de 2010 foram protocolados junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente 23 licenças ambientais (Licença Prévia – LP, Licença de Instalação e Operação – LIO e similares). Embora protocoladas, a Secretaria expediu durante o exercício apenas uma licença. No momento, o INCRA aguarda os encaminhamentos da referida autarquia, uma vez que os estudos e projetos já foram viabilizados e encaminhados.

c) Índice de projetos de assentamentos com licenças ambientais em vigor

Projetos com Licença	Projetos da SR (08) ¹⁷	Percentual
		%
4	115	3,48

Do total de 115 projetos de assentamento no Estado de São Paulo, atualmente, somente 4 PAs estão com as licenças prévias expedidas pela Secretaria do Meio Ambiente. Ressaltamos que o número de licenças expedidas depende do encaminhamento dado pela própria Secretaria aos pedidos já enviados pelo INCRA. No momento o INCRA-SP já protocolou pedido de licença ambiental para todos os assentamentos do Estado e aguarda manifestação da autarquia responsável.

¹⁷ Para este indicador, utilizamos apenas o total de assentamentos federais (PA e PDS).

22.1.3. Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento

a) Índice de acesso à água para consumo doméstico

Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico	Quantidade total de famílias assentadas	Porcentagem
		%
		76,59%

Tal porcentagem foi extraída de pesquisa realizada pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicada, com base na pesquisa de avaliação da qualidade dos assentamentos da reforma agrária.

. O abastecimento de água nos lotes envolve dois aspectos: água para consumo doméstico e água para a produção.

. 78,98% dos assentados do país afirmam dispor de água em quantidade suficiente para atender às necessidades familiares; para SP, o índice é praticamente o mesmo, 76,59%.

. Alguns assentados afirmaram que parte das evasões pode ser explicada pela dificuldade das famílias de ter acesso à água.

. A SR-8 investiu, entre 2003 e 2008, mais de R\$ 11 milhões na perfuração de 181 poços, com a construção de reservatórios e implantação de rede adutora, atendendo a mais de 5 mil famílias assentadas. O custo para levar água a cada família: R\$ 2.200,00; e cada poço serve, em média, a 27,6 famílias.

. A julgar pelo percentual de famílias assentadas em São Paulo que alegam não ter acesso à água em quantidade suficiente para consumo doméstico, pode-se dizer que o déficit de abastecimento afetaria ainda cerca de 4 mil famílias.

. O acesso à água para produção. De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006, apenas 6,3% – 329 mil – dos estabelecimentos agropecuários do país fazem uso de sistemas ou métodos de irrigação. No estado de SP, o índice é de 12,2%.

. O aumento de conflitos em todo o país em função do acesso à água, e as dificuldades do INCRA e assentados de garantir provisão de água aos assentamentos permitem afirmar que a concentração fundiária têm, cada vez mais, como contrapartida, o controle dos recursos hídricos.

. Os assentados reivindicam ter, pelo menos, 1 hectare irrigado no lote. Se é possível apontar uma prioridade de ação para os assentados, em termos de infraestrutura, ela é precisamente esta: aumentar a oferta de água nos lotes com vistas à produção.

Fonte: Pesquisa IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/2010

b) Índice de provimento de PDA/PRA

Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA	Total PA(s)	Porcentagem
		%
73	115	63,48

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) reúne os elementos essenciais para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, em estrita observância à diversidade de casos compreendida pelos diferentes biomas existentes, com destaque para os seus aspectos fisiográficos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sendo instrumento básico à formulação de projetos técnicos e todas as atividades a serem planejadas e executadas nas áreas de assentamento, constituindo-se numa peça fundamental ao monitoramento e avaliação dessas ações. O Plano de Recuperação do

Assentamento (PRA) é o conjunto de ações planejadas complementares ao PDA, ou de reformulação ou substituição a este, destinadas a garantir ao Projeto de Assentamento de Reforma Agrária o nível desejado de desenvolvimento sustentável, a curto e médio prazo. Em São Paulo, atualmente, somamos 59 projetos de PDA e 14 de PRA concluídos.

c) Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas

Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas	Número total de famílias assentadas	Porcentagem
		%
716	1235	57,97%

No exercício de 2010 aproximadamente 716 famílias foram atendidas com obras de infraestrutura no que se refere à execução de abertura, adequação, revestimento e terraceamento. As obras foram viabilizadas pela parceria com a CODASP - Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo. A CODASP é uma empresa de economia mista com controle acionário do Governo do Estado de São Paulo, criada em 1987, especializada na prestação de serviços de conservação de estradas rurais, terraplenagem, preparação de solo, construção de açudes e lagoas de tratamento, execução de microbacias hidrográficas, dentre outros. Pelo seu alto grau tecnológico (possui certificação ISO9000), integração de técnicas com as necessidades ambientais e eficiência, foi dada continuidade nessa parceria, iniciada em 2005.

Em relação a quantificar números referentes às obras de infraestrutura, podemos afirmar que esta é uma ação que em geral extrapola o prazo de um ano fiscal (janeiro a dezembro), já que várias obras iniciam-se em um ano e são concluídas no outro. Sendo assim, tendo em vista que o marco legal estabelecido para a contabilização das famílias como efetivamente atendidas por esta ação, se dá por ocasião do recebimento da obra por parte de um engenheiro do INCRA e a emissão do Termo de Aceitação (provisório) da obra, muitas das famílias beneficiadas pelas obras decorrentes desta Ação serão contabilizadas apenas no ano posterior.

d) Índice de acesso à moradia nos assentamentos

Número de unidades habitacionais efetivamente construídas	Número de famílias assentadas	Porcentagem
		%
474	1.235	38%

No exercício de 2010 foram construídas 474 casas em projetos de assentamento no Estado de São Paulo. As casas são construídas a partir da concessão de crédito individual aos assentados da reforma agrária, nas modalidades Aquisição de Material de Construção e Recuperação/materiais de Construção, implementada por meio de contrato e repasse às representações de trabalhadores rurais assentados, de recursos financeiros para construção e recuperação de unidades habitacionais com base legal na Constituição Federal; Lei 4.504, art.73; MP 2.183/2001; Decreto 59.428/1996 e IN/54/2009. Esta também é uma ação que em geral extrapola o prazo de um ano fiscal (janeiro a dezembro) porque a concessão do crédito e a construção de casa não ocorrem no momento seguinte à homologação da família no lote. Por esse motivo muitas famílias assentadas, principalmente no final do ano, terão suas casas construídas num período posterior.

e) Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao PRONAF ou linha de crédito voltada à produção

	Quantidade contratos firmados	
	unidade	
	997	

Durante o exercício de 2010, em todo o Estado de São Paulo foram firmados 997 contratos de operação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O PRONAF destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família. Os créditos podem ser concedidos de forma individual, coletiva (quando formalizado com um grupo de produtores, para finalidades coletivas) ou grupal (quando formalizado com grupo de produtores, para finalidades individuais). A unidade neste indicador foi extraída do total de DAPs feitas e enviadas para o banco.

f) Índice de provimento de Assistência Técnica

Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica	Número de famílias dos PA(s)	Porcentagem
		%
8919	9730	109,09%

Em São Paulo, o índice de assistência técnica chegou a 109,09% porque atualmente todos os projetos de assentamento recebem atendimento e serviços de ATES diretamente e regionalmente. O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) é um novo paradigma de atividade implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e tem como premissa aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos. Com essa união de experiências, espera-se que os assentamentos tornem-se unidades de produção estruturadas, competitivas e integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional, de forma socialmente justa e ambientalmente sustentável.

Os serviços de ATES são um conjunto de técnicas e métodos constitutivos de um processo educativo, de naturezas solidárias, permanentes, públicas e gratuitas, com ênfase nos enfoques da agroecologia, cooperação e economia popular e solidária. Coordenados pelo INCRA, têm como parceiros instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, bem como as organizações não-governamentais ligadas à reforma agrária.

Em São Paulo, entendemos essa realização de 109,09% da ação, porque hoje contamos com a disponibilização do serviço de catorze Núcleos de Apoio localizados em locais estrategicamente escolhidos que possibilitassem uma atuação direta do agente de ATES (equipes multidisciplinares) e o beneficiário da reforma agrária. Os Núcleos estão localizados e atendem da seguinte forma:

Núcleo de Apoio	Assentamentos atendidos
Unidade Avançada de Andradina	43
Araraquara	12
Bauru	3
Iaras	5
Itapeva ¹⁸	8
Mirante do Paranapanema	5
Presidente Epitácio	4
Promissão	11
Rancharia	6
Ribeirão Preto	2
Teodoro Sampaio	2
Vale do Paraíba (Taubaté)	6

¹⁸ O núcleo de Itapeva atenda a 08 (oito) assentamentos estaduais.

Fonte: Divisão de Desenvolvimento

Vale do Ribeira (Apiáí)	3
Eixo Anhanguera e Itapetininga	8
TOTAL	118

Cada Núcleo é composto por equipes multidisciplinares que realizam diariamente o acompanhamento de projetos, esclarecimento de dúvidas, execução de serviços, entre outros.

g) Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem)

	Valor monetário gerado pelas atividades produtivas	
	R\$	

A elaboração deste índice depende da realização e aplicação da pesquisa intitulada “Qualidade de vida, Produção e Renda dos Assentamentos”. Prevista para o mês de março de 2010, os índices estão em fase de consolidação.

h) Índice de parcelas supervisionadas

Quantidade de parcelas fiscalizadas	Quantidade total de parcelas	Porcentagem
		%
212	9.730	2,18%

No exercício de 2009 foram supervisionadas 617 parcelas. A ação atende a IN 47/2008 que estabelece diretrizes para a supervisão da situação ocupacional em projetos de reforma agrária e retomada de parcelas ocupadas irregularmente. Anualmente há uma diminuição gradual em relação a parcelas irregulares em consequência de um melhor acompanhamento dos PAs com desenvolvimento das ações do programa 1427: Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar.

i) Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados

	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período	
	unidade	
	-	

No exercício de 2010 o INCRA-SP não criou nenhum projeto de assentamento com características ambientalmente diferenciadas. Embora a autarquia contabilize hoje um quadro com dezoito Projetos de Desenvolvimento Sustentáveis (PDS) criados.

j) Índice de consolidação de assentamentos

Número de famílias assentadas em PA(s)	Número total de famílias existentes nos PA(s)	Porcentagem
		%
	-	0%

No exercício de 2010 não foi consolidado nenhum projeto de assentamento. A consolidação de um PA depende de inúmeros fatores como o pleno desenvolvimento do projeto e independência técnica e financeira dos beneficiários da reforma agrária. Além disso, há necessidade de corpo técnico especializado para realizar a fiscalização e dar encaminhamento ao processo, o que no INCRA ainda é insuficiente.

22.1.4. Gestão Administrativa

a) Índice de abrangência de capacitação

Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação	quantidade total de funcionários no nível de agregação	Porcentagem
		%
99	106	93,39%

No exercício de 2010 temos um número de 99 servidores que participaram de capacitações (cursos, palestras, oficinas, etc – presenciais ou à distância), razão pela qual um mesmo servidor pode ter participado de mais de um evento de capacitação em 2010. A ação contempla as diretrizes do Plano Nacional de Capacitação - PNC 2008-2011. As ações de treinamento/capacitação dos servidores do INCRA-SP foram definidas através de levantamentos de necessidades realizados junto às unidades e seus servidores, bem como atendimento as sugestões de auditorias e seus respectivos relatórios. Os treinamentos contemplaram os segmentos: Técnico Finalístico, Técnico Administrativo, Gerencial, Informática e Comportamental

b) Índice de horas de capacitação

Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários	quantidade total de funcionários no nível de agregação	Porcentagem
		%
762	106	7,19%

Conforme o que foi citado acima, esses cursos de capacitação somaram o total de 762 horas-aulas. Isso deu a média de 7,19 horas-aulas por servidor, conforme demonstrado no indicador.

c) Índice de aprovação dos convênios

Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício	Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício	Porcentagem
		%
23	73	31,50%

Existe um total de 85 (oitenta e cinco) convênios sendo que destes 73 (setenta e três) são convênios formalizados nos moldes da IN/STN 01/97 e 12 formalizados nos moldes do SICONV. Dos convênios formalizados nos moldes da IN/STN 01/97, 23 (vinte e três) encontram-se aprovados e concluídos no SIAFI, dezenove convênios estão analisados e a análise apontou algumas pendências a serem sanadas, cinco foram encaminhadas para TCE - Tomada de Contas Especial, restando, portanto, 26 convênios para análise da prestação de contas. Os convênios formalizados nos moldes do SICONV não foram analisados pelo setor de contabilidade em função da grande demanda de convênios para se fazer a análise da prestação de contas moldes da IN/STN 01/97. No exercício de 2011 iniciarão as análises dos convênios no SICONV.

O índice de aprovação de 31,5% foi obtido através da divisão do número total de convênios aprovados 23 (vinte e três) pelo numero total de convênios comprovados.

